

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 196

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Milton Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 131ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE DEZEMBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Moysés Leônidas.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghelhere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Emenda:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 02
PROJETO DE LEI Nº 087/2001

Fica acrescido parágrafo único ao artigo 1º, do Projeto de Lei nº 087/2001, com a seguinte redação:

“Art. 1º. ...

Parágrafo único - Fica proibido, também, o desconto em folha de pagamento de servidor público estadual, referente à cobrança de empréstimo contraído em qualquer instituição financeira.”

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoioamento:

Marcos Isfer, Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri e Ademar Traiano.

Questão de Ordem:

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm apresentar a seguinte questão de ordem, sobre o assunto adiante explicitado:

Constatou-se durante o andamento da Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês, e nos dias anteriores, a aprovação de requerimento de regime de urgência para várias proposições.

O Artigo 186 do Regimento Interno veda expressamente que nos últimos vinte dias para o término de uma Sessão Legislativa sejam declarados de urgência projetos que não tratem de crédito solicitado pelo Poder Executivo, projetos vetados além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos presidentes.

“Art. 186 - Quando faltarem apenas vinte dias ou menos para o término de uma Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de crédito solicitado pelo Poder Executivo, os projetos vetados, além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos presidentes.”

Cabe notar que nenhum dos projetos para os quais foi requerida urgência enquadram-se nas disposições regimentais do artigo 186, acima transcrito.

Por outro lado, deve-se observar que o parágrafo 2º do Artigo 118 do Regimento Interno dispõe o seguinte:

118 - proposição é toda a matéria sujeita à deliberação da Assembléia.

§ 1º - As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos.

“§ 2º - Só serão aceitas pela Mesa proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento.”

Neste aspecto, vale observar que os requerimentos de urgência apresentados nos últimos vinte dias, conflitam também com as disposições do Artigo 118, parágrafo 2º, tornando, desta forma, ineficaz o efeito de sua aprovação.

Por todas as questões expostas, pugna pelo acolhimento e consideração, por parte de V. Exa., da presente

questão de ordem no sentido de que seja declarada a nulidade às urgências requeridas, e os projetos desenvolvidos às Comissões Permanentes para que tenham sua tramitação normal e não simplificada como foi o caso, o que limita a discussão de assuntos importantes como a mensagem que visa alterar as alíquotas do ICMS que teve a urgência requerida e aprovada, afrontando o Regimento Interno desta Casa, quando poderia ter sido melhor analisada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que ao terem solicitado vistas da matéria lhes seria concedido um prazo de uma semana, e não atropelado pela dispensa das exigências regimentais, contrariando o que está expresso no Regimento Interno já manifestado na presente Questão de Ordem.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, RICARDO CHAB, ELI GHELLERE, ORLANDO PESSUTI, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUCIANA RAFAGNIN E ANTONIO ANIBELLI.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4338

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 4343

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, de acordo com o Artigo 132, parágrafo 2º, inciso IV, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 87/2001.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Sérgio Spada.

REQUERIMENTO Nº 4345

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 5 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 002/2001, constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

REQUERIMENTO Nº 4337

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão total da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 4335

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 628/2001, item 29 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 03 (três) Sessões.

Nestes termos pede deferimento em conformidade com o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4315

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desarquivamento do Projeto de Lei nº 285/98, que cria a Região Metropolitana de Cascavel.

Com a solidificação de Cascavel como cidade-pólo regional, e com o crescimento acelerado dos centros urbanos que compõem a referida região, se fazem necessárias ações concretas para integrar os municípios e assegurar o crescimento regional organizado, de forma racional e com redução nas despesas administrativas.

A Constituição Federal e estadual em seus artigos 25 e 21 respectivamente, nos dá a possibilidade de reunirmos municípios limítrofes em região metropolitana para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. Sendo Cascavel cidade-líder da região e com possibilidade de centralizarmos ações necessárias para melhorar a qualidade de vida da população abrangente, que soma aproximadamente quinhentos mil habitantes, entendemos importante retornarmos o Projeto de Lei nº 285/98, de autoria dos deputados Edgar Bueno e Paulo Gorski, o qual recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, solicitamos aos nobres parlamentares a aprovação deste requerimento e o apoio total ao referido projeto de lei.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ELI GHELLERE

Apoioamento:

Marcos Isfer, Caíto Quintana, Serafina Carrilho, Cezar Silvestri, Moysés Leônidas, José Maria Ferreira, Renato Gaúcho, Luciana Rafagnin e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 4336

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam eliminados das próximas Sessões Plenárias (até o final desta Terceira Sessão Legislativa) os horários do Pequeno Expediente e Grande Expediente.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Nas últimas Sessões plenárias de cada legislatura acumulam-se projetos de lei de elevada importância e que merecem uma apurada análise dos parlamentares para que seja procedida a votação e durante a qual há espaço para discussão das matérias. Diante disso há que se fazer um esforço no sentido de diminuir os discursos geralmente proferidos pelos senhores deputados, em benefício da votação.

Devido a grande quantidade de projetos a serem votados até o final desta Terceira Sessão Legislativa (que deverá encerrar-se até a data máxima de 15 de dezembro de 2001 - sexta-feira próxima), propomos a extinção dos horários do Grande e Pequeno expedientes das Sessões plenárias para que cada projeto possa ser devidamente discutido com tempo pelos parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 4302

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do senhor Elias Bessani, falecido no dia 10 de dezembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 4323

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de voto de pesar pelo falecimento da jovem Talita Frederico Francisconi, ocorrido no dia 12/12/2001, em Ibiporã, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 4311

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento do senhor Edson Francisco Ribas Rocha, ocorrido no município de Curitiba e sepultado no município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 4328

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, voto de pesar pelo falecimento do senhor Edson Francisco Ribas Rocha, ocorrido no município de Curitiba e sepultado no município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 4331

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Deleuza Aparecida Coraiola de Lima, aos 37 anos de idade, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4333

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Maria de Paula Inácio, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4306

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao presidente da Secovi-PR, senhor Luiz Antonio Cossio, pela realização do evento Talento Imobiliário 2001, que aconteceu no dia 11 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4307

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela eleição do reitor e vice-reitor da Universidade Federal do Paraná - UFPR, ocorrido no dia 05 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4308

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao jornalista Fernando Gomes e aos demais integrantes do Programa esportivo "Mesa Redonda", em função da comemoração dos 10 anos do aludido programa.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 4310

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Tamarana-PR, alusivos à comemoração do 5º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 13 de dezembro.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 4314

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado, deputado com assento nesta Casa Legislativa, REQUER à Mesa, votos de congratulações, pelo 49º aniversário do município de Sertaneja, que será comemorado no dia 14 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

REQUERIMENTO Nº 4316

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações ao município de Pinhão pela passagem do 37º aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 4332

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Irineu da Silva e Theófila Pohold da Silva, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança a fidelidade e a ternura solidificaram ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4342

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, consultado o douto Plenário, envio de ofício ao Governo do Estado solicitando a prorrogação por igual período, o prazo previamente contratado para pagamento do financiamento dos municípios paranaenses junto ao Paraná Urbano.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento do financiamento dos municípios junto ao Paraná Urbano. A capacidade de endividamento das cidades foi reduzida. Com a prorrogação do prazo os municípios terão ampliado a capacidade financeira, possibilitando a contratação de novos financiamentos tão necessários para consecução da administração pública, desta maneira podendo propiciar um melhor atendimento aos munícipes.

REQUERIMENTO Nº 4304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos ilustres presidentes de todas as Câmara Municipais do Estado do Paraná, solicitando a cada Legislativo Municipal, aprovação de moção a ser enviada a todos os representantes do Estado do Paraná no Senado Nacional, pedindo seja rejeitado o Projeto de Lei que prevê a flexibilidade da CLT -

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê significativas mudanças na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo que acordos trabalhistas prevaleçam sobre dispositivos das CLT, ao nosso ver e no entender da grande maioria dos assalariados, contrariando os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, na medida que os colocará em franca desvantagem quanto à manutenção de direitos duramente conquistados.

Entendemos que as novas medidas atingirão profundamente os segmentos de trabalhadores com menor representatividade sindical, resultando num retrocesso. A flexibilidade da CLT, aprovada pela Câmara Federal, atende acima de tudo os interesses do capitalismo que passará a contar, uma vez aprovado o referido projeto pelo Senado Federal, com maior poder de pressão frente aos trabalhadores, expondo-os a uma odiosa submissão frente aos interesses econômicos.

Não vemos nas medidas recentemente aprovadas pela Câmara dos Deputados, nenhum benefício ao trabalhador e ao aumento da oferta de vagas no mercado de trabalho. Na realidade, o que contribui hoje em muito para reduzir a oferta de empregos, é a elevada carga tributária, uma das maiores do mundo, que eleva a patamares escandalosos os custos empresariais, tanto na indústria, como no comércio e na área de prestação de serviço.

O envio de moção de todas as Câmaras Municipais do Estado do Paraná pela rejeição ao projeto de lei a ser votado naquela Casa, demonstrarão aos nossos nobres representantes no Senado Federal, que a população do Estado do Paraná é contrária à referida flexibilização, pois elidirá, se aprovada for, direitos arduamente conquistados pelo nosso povo ordeiro e trabalhador.

REQUERIMENTO Nº 4305

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos nobres representantes do Estado do Paraná no Senado Federal, solicitando a rejeição ao Projeto de Lei recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados, que prevê a flexibilização da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê significativas mudanças na CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo que acordos trabalhistas prevaleçam sobre dispositivos das CLT, ao nosso ver e no entender da grande maioria dos assala-

riados, contrariando os legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, na medida que os colocará em franca desvantagem quanto à manutenção de direitos duramente conquistados.

Entendemos que as novas medidas atingirão profundamente os segmentos de trabalhadores com menor representatividade sindical, resultando num retrocesso. A flexibilidade da CLT, aprovada pela Câmara Federal, atende acima de tudo os interesses do capitalismo que passará a contar, uma vez aprovado o referido projeto pelo Senado Federal, com maior poder de pressão frente aos trabalhadores, expondo-os a uma odiosa submissão frente aos interesses econômicos.

Não vemos nas medidas recentemente aprovadas pela Câmara dos Deputados, nenhum benefício ao trabalhador e ao aumento da oferta de vagas no mercado de trabalho. Na realidade, o que contribui hoje em muito para reduzir a oferta de empregos, é a elevada carga tributária, uma das maiores do mundo, que eleva a patamares escandalosos os custos empresariais, tanto na indústria, como no comércio e na área de prestação de serviço.

O envio de moção de todas as Câmaras Municipais do Estado do Paraná pela rejeição ao projeto de lei a ser votado naquela Casa, demonstrarão aos nossos nobres representantes no Senado Federal, que a população do Estado do Paraná é contrária à referida flexibilização, pois elidirá, se aprovada for, direitos arduamente conquistados pelo nosso povo ordeiro e trabalhador.

REQUERIMENTO Nº 4312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado à senhora secretária de Estado da Educação, Alcyone Saliba, solicitação de implantação de curso de 2º grau da Escola Estadual Frei Doroteu em Piriqitos, município de Ponta Grossa.

O pedido se justifica pelo número de adolescentes que necessitam completar seus estudos e se vêem frustrados pela inexistência de curso regular de segundo grau na localidade em que residem.

De outra, o Distrito de Piriqitos tem crescido de forma a justificar a instalação do curso pretendido pela comunidade, sendo dever do Estado proporcionar educação a todas as crianças e adolescentes.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 4313

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado ao senhor secretário de Estado dos Transportes, deputado Nelson Justus e ao senhor secretário de Estado da Fazenda, Ingo Hübert, cópia de correspondência do presidente da Associação de Postos de Rodovia, senhor Hélio Sacchi, contendo decla-

rações e questionamentos acerca do aumento do ICMS incidente sobre combustíveis e a questão dos valores do pedágio cobrado nas rodovias do Estado do Paraná.

É voz comum no âmbito dos contribuintes que o aumento do ICMS trará como consequência o encarecimento do transporte e dos produtos paranaenses, merecendo, por isso, melhor análise por parte do Governo Estadual.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 4322

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER:

1 - Envio de Expediente à Cohapar - Companhia Paranaense de Habitação, para que remeta a este Poder as seguintes informações:

a) Relação dos funcionários que viajaram ao exterior, nos últimos 4 (quatro) anos, especificadas finalidades e país;

b) Total das despesas com passagens e diárias dos funcionários a que se refere o item a).

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 4324

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso - DD. Presidente da República Federativa do Brasil, solicitando aprovação de projeto de lei que enquadre os Centros de Formações de Condutores, no Sistema Simples, de pagamento de tributos.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A alteração que se pleiteia dos dispositivos legais inerentes ao Simples, trará inúmeros benefícios aos Centros de Formação de Condutores, diminuindo consideravelmente seus custos operacionais, beneficiando amplamente os usuários do Sistema Nacional de Trânsito.

Os Centros de Formação de Condutores estão classificados como pequenas e micro empresas, preenchendo os requisitos exigidos que regulamenta o Simples, mas estão enquadrados igualmente como os professores que prestam serviço à rede pública ou particular, onde o objetivo é o ensaio para obtenção de certificado de escolaridade de 1º e 2º grau, enquanto que no Centro de Formação de Condutores as aulas são ministradas por instrutores para conduzir veículos automotores.

REQUERIMENTO Nº 4325

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao governador e ao secretário de Estado da Agricultura, envio de expediente solicitando a veracidade ou não do comentário de retirada do abono de 30% de insalubridade, conquistado após anos de luta, pela classe dos médicos veterinários e agrônomos desta Secretaria.

Com a retirada do referido abono, poderia haver um movimento de paralisação geral, o qual, além de prejudicar a economia do Estado, faria com que a realização de leilões e o trânsito de animais, por exemplo, não pudessem ser efetivadas pela falta do fornecimento da GTA.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 4334

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, de V.Exa. o encaminhamento do presente expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando a imediata regulamentação da Lei Estadual nº 13.133 - Lei de Incentivo à Cultura, cujo Artigo 41 outorga o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Poder Executivo possa fazê-lo.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato de que a classe artística e cultural do Paraná, que tanto lutou pela criação de um programa de incentivo, sente-se ainda carente com o atraso na implementação da lei, que se efetiva com a regulamentação, e que poderá trazer benefícios à comunidade.

REQUERIMENTO Nº 4320

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário providências da Mesa Executiva, no sentido de que sejam aplicadas à Sra. Alcyone Saliba secretária de Estado da Educação as penas contidas no Parágrafo Único do Artigo 55 da Constituição do Estado, "a Mesa da Assembléia Legislativa poderá encaminhar pedidos de informações aos secretários de Estado ou qualquer das pessoas referidas no inciso XXXIV do Artigo 54 desta Constituição, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas".

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 4326

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor Ibson Gabriel Martins de Campos - secretário municipal de Meio Ambiente para que sejam tomadas providências urgentes por parte dessa Secretaria quanto à situação grave na qual encontram-se os moradores da região do Bosque Flor do Campo, no Bairro Campo Comprido em Curitiba.

Nossa solicitação está baseada em informações constantes de jornais de grande circulação, os quais nos relatam a situação lamentável que está ocorrendo o Bairro Campo Comprido, em Curitiba, pois os moradores daquela região reclamam o acúmulo de lixo e a falta de segurança no Bosque Flor do Campo, da Rua Josephina Demeterco.

O bosque é utilizado como depósito de entulhos, pneus e até móveis. E, como se não bastasse o problema do bosque, os moradores ainda sofrem com o mau-cheiro porque não há rede coletora pública de esgoto e a valeta fica a céu aberto, podendo causar acidentes e a transmissão de doenças.

(a) Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 4327

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas a Sua Exa. o senhor secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Antonio Leonel Poloni, medidas urgentes de apoio e fortalecimento da cafeicultura do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

A cafeicultura do Paraná, vive uma crise, neste ano de 2001. O preço da saca de café beneficiado é o menor dos últimos 8 anos (preço médio de 1994, R\$139,80; preço médio de 2001, R\$89,27, até o final de outubro), período em que adotaram-se medidas de incentivo ao replantio do café.

Tomo a liberdade de apresentar algumas sugestões e submetê-las à análise desse secretário:

- . incluir o café na merenda escolar;
- . desenvolver uma campanha de marketing do nosso café nos países do Mercosul e da América Latina;
- . substituição do café improdutivo, cultivado no sistema tradicional, pelo café adensado, com financiamento de equipamentos para melhoria do café;
- . apressar a liberação de recursos para custeio.

Por essas razões, pedimos o apoio de todos os pares desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 4329

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Campo Largo da Piedade nº 488, onde situa-se a sede da Associação São Vicente de Paula - Vila Nori- Bairro Pilarzinho e proximidades. Nesse local ocorrem assaltos com grande incidência, sendo que a referida associação já foi assaltada por três vezes.

A situação é crítica no local e necessita de policiamento o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4330

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no bairro Jardim Chantily/Costeira- municípios de Araucária. Os moradores desse bairro estão apavorados com a grande incidência de assaltos nas residências. Os assaltantes agem inclusive de madrugada, roubando todos os pertences das residências e apavorando os moradores.

Pede-se urgência no atendimento do presente, a fim de se evitar acontecimentos mais graves, bem como de proporcionar maior segurança para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 4318

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm mui respeitosa-mente requerer a instalação de Comissão Especial de Inquérito, para apurar fatos relativos à constituição, alterações contratuais, desenvolvimento e atividades empresariais da empresa denominada Tradener Participações Ltda., e a Companhia Paranaense de Energia- Copel, composta por 11 (onze) membros com duração de 120 dias.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) CESAR SILVESTRI

MARCOS ISFER

Apoiamento:

Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafanin, Tony Garcia, Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Hermes Fonseca, Caíto Quintana, Ângelo Vanhoni, Augustinho Zucchi, Irineu Colombo, Renato Gaúcho, Antonio Anibelli, Nereu Moura, Ricardo Chab, Eli Ghellere, Se-

rafina Carrilho, Neivo Beraldin, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi e Pastor Edson Praczyk.

REQUERIMENTO Nº 4321

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com base no Artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a constituição de uma Comissão Especial de Investigação - C.E.I. composta por 11 (onze) membros com prazo de 90 (noventa) dias, para apurar possível crime de responsabilidade, conforme prevê o Artigo 55 da Constituição Estadual, do senhor Ricardo Augusto Cunha Smijtil, Secretário de Estado da Administração, por prestar a esta Assembléia Legislativa informações com atraso e enviar informações incompletas, que não contemplaram os quesitos e indagações formuladas no requerimento do pedido de informações de minha autoria, aprovado no Plenário desta Casa de Leis, no dia 25 de setembro de 2.000.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que ocorreu por parte do secretário de Estado da Administração o descumprimento da Constituição Estadual em seu Artigo 55, pelo não cumprimento do prazo de trinta dias para a prestação de informações, sendo apresentado por este deputado um requerimento em Plenário, que foi despachado pelo senhor presidente, deputado Nelson Justus à Comissão Executiva em 14 de dezembro de 2.000 quando solicitava providências da Mesa Executiva. Devo salientar ainda que o prazo legal para a entrega das informações já havia excedido em oitenta e cinco dias.

Não obstante a demora no envio das informações, foram entregues pela Mesa Executiva a este parlamentar, vários relatórios confusos enviados pelo secretário da Administração, sem o devido cruzamento das informações e dados solicitados. No material entregue estavam faltando diversas informações dos órgãos da administração direta, indireta e fundacional, que foram formuladas no requerimento aprovado, sem planilhas e comparativos anuais de gastos de software, hardware, atualizações e licenças, com informações na sua grande maioria que não contemplaram com as questões formuladas no requerimento aprovado.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 706/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os depósitos judiciais e extrajudiciais, em dinheiro, de valores referentes a tributos estaduais, inclusive seus acessórios, serão efetuados no Banco do Brasil

S.A., mediante Documento de Arrecadação Estadual - DAEMS, emitidos especialmente para essa finalidade.

§ 1º - O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, aos depósitos relativos a débitos provenientes de tributos transcritos na dívida ativa do Estado.

§ 2º - Os depósitos serão repassados pelo Banco do Brasil S.A., para a conta do Tesouro do Estado, independentemente de qualquer formalidade, no prazo de vinte e quatro horas após a sua realização.

§ 3º - Mediante ordem da autoridade judicial ou, no caso de depósito extrajudicial da autoridade administrativa competente, o valor do depósito, após o encerramento da lide ou processo litigioso, será:

I - devolvido ao depositante pela Secretaria de Estado da fazenda, no prazo máximo de dez dias, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros, sob pena de bloqueio das contas do Estado;

II - transformado em pagamento definitivo, proporcionalmente à exigência do correspondente tributo, inclusive seus acessórios, quando se tratar da sentença ou decisão favorável à Fazenda Estadual.

§ 4º - Os juros a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do depósito até o mês anterior ou da devolução, e de um por cento relativamente ao mês em que se estiver sendo efetuada.

§ 5º - Os valores devolvidos pela Secretaria de Estado da Fazenda serão contabilizados na conta de restituição.

§ 6º - A Secretaria de Estado da Fazenda manterá controle dos valores depositados e devolvidos.

Art. 2º - O disposto nesta lei aplica-se também aos depósitos realizados antes de sua vigência.

Art. 3º - Os depósitos deverão ser repassados pelo Banco do Brasil S.A., para a conta do Tesouro do Estado no prazo de cinco dias contados da vigência desta lei, pelo seu valor atualizado e acrescido dos juros cabíveis, até a data do repasse;

Art. 4º - Os depósitos realizados em outras instituições financeiras deverão ser transferidos para o Banco do Brasil S.A., pelo seu valor atualizado e acrescido de juros cabíveis, até a data da transferência, no prazo de dez dias contados da vigência desta lei, para ser repassado para a conta do Tesouro do Estado no prazo de vinte e quatro horas após a referida transferência.

Art. 5º - Os juros a que se refere o parágrafo 4º do artigo anterior serão calculados a partir da data do repasse ou, no caso do inciso anterior, a partir da data da transferência, até a data em que for realizada a devolução.

Art. 6º - Os procedimentos para educação desta lei serão disciplinados em regulamento.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON TURECK, ALGACI TULIO, EDNO GUIMARÃES, NELSON GARCIA, RICARDO MAIA, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, CHICO NOROESTE, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, LUIZ ACCORSI, ADEMAR TRAINO, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, CARLOS SIMÕES, ANTONIO CARLOS BELINATI, TIAGO AMORIM NOVAES, CESAR SELEME, GERALDO CARTÁRIO, CUSTÓDIO DA SILVA, LUIZ CARLOS MARTINS, SÉRGIO SPADA, DIVANIR BRAZ PALMA, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, CLEITON KIELSE E MOYSÉS LEÔNIDAS.

PROJETO DE LEI Nº 707/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a transformar a Santa Casa de Paranavaí, no município de Paranavaí, em Hospital Regional do Noroeste do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A Santa Casa de Paranavaí, encontra-se em fase de construção e ampliação aonde teremos centros de alta resolutividade médica e cirúrgica, atendendo a mais de quatrocentos e cinquenta mil pessoas e que deve ser enquadrado como um Centro Regional de Especialidades na área cirúrgica, análises clínicas, ginecologia e obstetrícia, sendo relevante a transformação do hospital em Hospital Regional, caracterizando a amplitude total do atendimento.

Por isso, justifica-se a transformação da Santa Casa de Paranavaí em Hospital Regional.

PROJETO DE LEI Nº 708/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.982.348/0001-94, com sede e foro no município de Araucária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA, com sede e foro na rua Gumerindo Rosa Pimenta, 176, no Jardim Santa Regina em Araucária - PR, é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem prestado importantes serviços sócio-comunitários à coletividade que abrange.

Referida associação, além de congregar os associados, moradores do Jardim Santa Regina, em busca de soluções de seus problemas comuns, procura melhorar suas condições de habitação, trabalho, recreação, educação, saúde, higiene, interesse e direito dos mesmos.

O intenso trabalho desenvolvido em favor das famílias desprovidas de recursos, seja coordenando campanhas envolvendo seus associados e simpatizantes das comunidades vizinhas, ou angariando produtos para distribuição, ou mesmo procurando soluções em busca da cidadania plena de seus associados, inclusive promovendo e incentivando inúmeros eventos esportivos e de lazer, justificam o pleito da Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA para que seja declarada de Utilidade Pública.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa a aprovação do projeto que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 709/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Social Santo Antônio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade, entidade de caráter cívico, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Guaraniaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) HERMES FONSECA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, de autoria do deputado Hermes Fonseca, visa declarar de Utilidade Pública Estadual, o Núcleo Social Santo Antônio de Guaraniaçu - Casa da Terceira Idade.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados, pela entidade, à comunidade daquele município, conforme se pode ver nas Atas e relatórios de atividades juntados ao projeto. Ademais, preenche todos os requisitos formais e legais, conforme documentação em anexo.

Dessa forma, por ser medida de direito e de justiça, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa,

para a declaração de Utilidade Pública da referida entidade.

PROJETO DE LEI Nº 710/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica proibida a utilização de alimentos geneticamente modificados na composição da merenda escolar fornecida aos alunos dos estabelecimentos de ensino público no Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O consumo de alimentos modificados geneticamente (transgênicos) vem sofrendo restrições no mundo inteiro. Isto porque no meio de intenso debate entre os que aprovam e aqueles que são contra o uso dos transgênicos na alimentação humana, ainda não há a comprovação de que estes produtos não apresentam riscos futuros à saúde da população.

Neste sentido, julgamos necessário que os alunos da rede pública de ensino no Estado do Paraná sejam protegidos quanto à utilização de produtos transgênicos na merenda escolar que lhes é oferecida, pelo menos até que haja uma decisão final sobre a possibilidade de utilizar estes produtos para consumo humano sem risco para a saúde.

Neste sentido, colocamos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres deputados, com o intuito de garantir aos alunos da rede pública estadual uma alimentação saudável e de qualidade.

PROJETO DE LEI Nº 711/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os estabelecimentos públicos de ensino médio, integrantes do Sistema Estadual de Ensino, incluirão, na parte diversificada de seu currículo, a disciplina Formação de Condutores de Veículos.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Educação, com a colaboração do Departamento Estadual de Trânsito - Detran-PR, elaborará, para orientação dos estabelecimentos de ensino, sugestão de conteúdo de formação de condutores de veículos, bem como providenciará a divulgação de texto e a distribuição do material didático correspondente.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor no ano letivo ao de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Hoje em dia a violência no trânsito vem preocupando a população em geral. O número excessivo de acidentes de trânsito que vem ocorrendo ultimamente, muitas vezes com vítimas fatais, está pondo em risco todos em geral. O Código de Trânsito Brasileiro, com suas pesadas multas e as diversas companhias de divulgação de suas normas, não tem sido suficiente para conter os motoristas, evidentemente despreparados para o exercício da direção de veículos.

Considerando como grande problema a violência no trânsito, apresento, para análise dos nobres colegas, o presente projeto de lei. A inclusão da disciplina Formação de Condutores de Veículos nos currículos do ensino médio seria duplamente útil. Primeiramente, constituiria medida preventiva contra acidentes de trânsito, familiarizando os jovens com as regras básicas de condução de veículos e educando-os quanto ao comportamento adequado a ser adotado no trânsito, em uma fase da vida em que costumam assumir afoitamente o volante. Em segundo lugar prepararia os mesmos jovens para a obtenção de sua habilitação como motorista, dando-lhes mais condições para sua inserção no mercado de trabalho.

A lei pretendida representaria manifestação da competência legislativa estadual em caráter suplementar às normas estabelecidas pela União, no que se refere ao "estabelecimento e implantação de educação para a segurança do trânsito", conforme dispõe a Carta Magna em seu Artigo 23, inciso XII.

Prova desse elevado propósito é a formação de convênio que o Ministério da Justiça, por meio do Denatran, tem celebrado com os Estados da Federação, objetivando a implantação e operacionalização do Projeto Educação/Segurança no Trânsito, instituído pelo Denatran, em consonância com as diretrizes da Lei de Diretrizes e Base da Educação, no âmbito das escolas de ensino médio, integrantes da rede pública estadual, visando ao aprimoramento da formação dos futuros condutores na faixa etária de 16 a 25 anos, na forma do acordo de cooperação técnica.

PROJETO DE LEI Nº 712/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.982.348/0001-94, com sede e foro no município de Araucária.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA, com sede e foro na rua Gumerindo Rosa Pimenta, 176, do Jardim Santa Regina em Araucária - PR, é uma entidade civil sem fins lucrativos que tem prestado importantes serviços sócio-comunitários à coletividade que abrange.

Referida associação, além de congregar os associados, moradores no Jardim Santa Regina, em busca de soluções de seus problemas comuns, procura melhorar suas condições de habitação, trabalho, recreação, educação, saúde, higiene, interesse e direito dos mesmos.

O intenso trabalho desenvolvido em favor das famílias desprovidas de recursos, seja coordenando campanhas envolvendo seus associados e simpatizantes das comunidades vizinhas, ou angariando produtos para distribuição, ou mesmo procurando soluções em busca da cidadania plena de seus associados, inclusive promovendo e incentivando inúmeros eventos esportivos e de lazer, justificam o pleito da Associação de Moradores do Jardim Santa Regina - AMEJSTRA para que seja declarada de Utilidade Pública.

Assim, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa a aprovação do projeto que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estamos recebendo hoje a visita do Coral Paraná.

Temos o orgulho de ter um coral como é o Coral Paraná, que veio prestar uma homenagem aos parlamentares.

Então, gostaria de suspender a Sessão por 5 ou 2 minutos, para que o coral possa, realmente, com essa visita que faz à Assembléia, agradecer o apoio que tem recebido desta Casa. E nós temos muito o que agradecer também ao Coral Paraná.

Está suspensa a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta presidência gostaria de agradecer imensamente a presença do Coral Paraná e esta homenagem. Um Feliz Natal e a todos um bom Ano Novo.

Obrigado pela presença de vocês.

Está reaberta a Sessão.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, Questão de Ordem com base no Artigo 186, combinado com o Artigo 118, do Regimento Interno da Casa.

(Lê):

“Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm apresentar a seguinte questão de ordem: sobre o assunto adiante explicitado. Constatou-se durante o andamento da Sessão Ple-

nária do dia 11 do corrente mês, e nos dias anteriores, a aprovação de requerimento de regime de urgência para várias proposições. O Artigo 186 do Regimento Interno veda expressamente que nos últimos 20 dias para o término de uma Sessão Legislativa sejam declarados de urgência projetos que não tratem de crédito solicitado pelo Poder Executivo, projetos vetados além daqueles para os quais for requerida urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos presidentes até a data.

Cabe notar que nenhum dos projetos para os quais foi requerido urgência enquadram-se nas disposições regimentais do artigo 186, acima transcrito. Por outro lado, deve-se observar que o parágrafo 2º do Regimento Interno dispõe o seguinte: proposição é toda a matéria sujeita à deliberação da Assembléia. As proposições poderão consistir de projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, emendas, indicações e requerimentos. Só serão aceitas pela Mesa, proposições sobre assunto da competência da Assembléia e redigidas de acordo com este Regimento, está escrito no Regimento Interno da Casa.

Neste aspecto, vale observar que os requerimentos de urgência apresentados nos últimos vinte dias, conflitam também com as disposições do Artigo 118, parágrafo 2º, tornando, desta forma, ineficaz o efeito de sua aprovação.

Por todas as questões expostas, pugna pelo acolhimento e consideração, por parte de V. Exa., da presente questão de ordem no sentido de que seja declarada a nulidade às urgências requeridas, e os projetos desenvolvidos às Comissões Permanentes para que tenham sua tramitação normal e não simplificada como foi o caso, o que limitou a discussão de assuntos importantes como a mensagem que visa alterar as alíquotas do ICMS que teve a urgência requerida e aprovada, afrontando o Regimento Interno desta Casa, quando poderia ter sido melhor analisada pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que ao terem solicitado vistas da matéria lhes seria concedido um prazo de uma semana, e não atropelado pela dispensa das exigências regimentais, contrariando o que está expresso no Regimento Interno já manifestado na presente Questão de Ordem.”

Senhor presidente, estamos colocando esta questão de ordem, por escrito, para que sejam anulados todos os requerimentos de regime de urgência, sejam devolvidos às Comissões permanentes, todas as matérias que foram aprovadas em regime de urgência, de forma irregular, para que não sofram vício de continuidade, porque, se não for aceita a nossa questão de ordem, já previno à Presidência da Casa que será permitida a interposição de recurso judicial, para que esse vício de origem não venha atrapalhar o trâmite normal das matérias, aqui nesta Casa, com especial atenção para o projeto de lei que visa alterar a alíquota do ICMS, que se pretende aumentar aqui por esta Casa.

Estou colocando nas suas mãos a questão de ordem relatada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo à questão de ordem de V. Exa., posteriormente nós vamos também responder por escrito, porque se V. Exa. se sentir prejudicado poderá recorrer ao Judiciário. Mas quero informar-lhe que todos os projetos que estão em votação, tiveram o seu transcurso normal, nas Comissões.

Existem dois requerimentos que foram aprovados ontem, transformando o Plenário em Comissão Geral. Então, estaria sanada qualquer irregularidade, se houvesse irregularidade.

Responderei a V. Exa. por escrito, para que V. Exa. tenha condições, se não for atendido nas suas ponderações e não estiver de acordo com a nossa decisão, V. Exa. possa recorrer ao Judiciário.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Eu vejo que V. Exa. não atende a questão de ordem que nós estamos apresentando, porque o regime de urgência, lá na CCJ, agiliza a tramitação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado, houve as sessões normais na CCJ.

O SR. NEREU MOURA

Não, senhor presidente, um membro da CCJ, quando o projeto não está em regime de urgência, pode ficar até uma semana com o mesmo, para estudar e se aprofundar. Quando tem regime de urgência, em 24 horas, tem que devolver.

Quer dizer, nós, da Oposição, nos sentimos prejudicados com a celeridade dada ao projeto. O regime de urgência foi aprovado irregularmente por esta Casa, e a Mesa não poderia ter aceito os requerimentos de regime de urgência.

Com todo respeito que possuímos pela assessoria da Mesa, que tem sido competente auxiliando-a, nesta questão, não assessorou corretamente, e a Mesa não deveria ter aceito tais requerimentos.

Desta forma induziu a Mesa a erro e nós queremos que a Mesa reconheça o erro, anule o regime de urgência e determine que os projetos voltem novamente às Comissões permanentes da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Mas, nobre deputado, ele já tem o parecer das Comissões, já existe o parecer das Comissões! Eu vou anular os regimes de urgência. Todos os requerimentos que entraram irregularmente, incorretamente, serão anulados, mas se há o parecer, está em condições de ser votado o projeto. E até porque existem requerimentos, na Mesa, transformando o Plenário em Comissão Geral para analisar alguns projetos. Estão aqui enumerados os que vão ser analisados.

É uma questão de ordem já decidida e vou passar a V. Exa., depois, essa decisão, por escrito.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. EDSON PRACZYK

Senhor presidente, nobres senhoras e senhores deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para registrar a minha indignação com relação a vários acontecidos nos trâmites do Legislativo com relação aos secretariados da pessoa do governador que aí está.

Na pauta de hoje há um projeto de minha autoria que defende a utilização de programas de computação de código de fonte livre, aberto, "software free", o que no nosso entender proporcionaria ao Governo do Estado uma economia muito grande. Tal projeto tem tramitado com grande dificuldade nesta Casa de Leis. Já passou pelas Comissões competentes e inclusive recebeu parecer favorável de várias delas, uma emenda substitutiva do meu amigo Belinati.

Para aquelas pessoas que ainda são leigas no assunto de programas de computação, de uma forma bem simples e fácil de ser assimilada, programa de computação de código "fonte livre" pode ser comparada a um remédio e seu genérico. Então, pode-se utilizar, hoje, de um medicamento com o mesmo conteúdo e eficácia, pagando muito menos. Posso me utilizar de uma dipirona pagando muito menos para adquiri-la, que tem a mesma eficácia, a mesma eficiência que um remédio comum, comercial.

Esta é a proposta de um "software" livre; uma porção de órgãos governamentais se utilizam de programas de computação extremamente caros desnecessariamente, uma vez que existem programas similares tão bons ou melhores, mais funcionais, dos quais não é exigido o pagamento para sua aquisição. Eles são distribuídos gratuitamente.

Tanta a importância da adoção desses programas de computação, que o mundo está se apercebendo da importância econômica de se adotar este tipo de programa. Muitos Estados do País assim estão fazendo. Minas Gerais aprovou a utilização exclusiva de "software" livres; Rio Grande do Sul, também. Muitos dos Estados e prefeituras gerenciados pela administração do PT têm-se utilizado de "software" livres.

E aí fica o questionamento: por que o nosso Estado também não pode adotar a utilização de programas de computação, os quais proporcionariam uma economia muito significativa, a qual poderia ser aplicada em outras áreas, com esta economia?

Em cima deste questionamento, eu fiz do meu gabinete um protótipo e instalei um programa de computação livre. E acredito, sou o primeiro e único deputado que tem em seu gabinete uma rede de computadores interligadas com um servidor e mais seis terminais. E o custo que eu tive disto foi ínfimo, em relação se tivéssemos adotado a plataforma predominante e que detém o

monopólio da informática, do “software” pelo mundo todo.

Sei que os nobres pares, as deputadas e a Mesa Executiva não são obrigados a deterem o conhecimento de informática e nem tampouco saberem a fundo termos técnicos de computação. Porém, para que V. Exas. saibam que nossa preocupação foi um pouco além da economia que poderemos proporcionar para o Estado, que pode ser redirecionada para a Educação, para a moradia, para a saúde ou qualquer outra área que necessita cada vez mais de investimentos e recursos.

(Passa a usar o horário do PL)

Existe um órgão chamado ABES, Associação Brasileira da Empresas de Software, que é o órgão responsável pela fiscalização contra pirataria de software de programas de programação. Amparada pela lei uma pessoa física ou jurídica, se flagrada utilizando-se um programa pirata, que é muito comum nos dias de hoje, a lei respalda que o responsável é preso em flagrante e é obrigado a pagar uma multa até 3 mil vezes o valor do software.

Vamos transferir isso para uma coisa mais próxima de nós, legislativos. Suponhamos que hoje a ABES viesse fazer uma vistoria nos gabinetes de V. Exas. Se por ventura a ABES detectasse, que, mesmo sem a intenção uma cópia pirata fosse usada, isso implicaria numa punição, ou na aplicação da lei, como eu disse, na prisão de quem é responsável pela compra do software e a Assembléia Legislativa teria que pagar 3 mil vezes o valor deste software. E isso acontece a ponto de grandes empresas multinacional terem quebrado, em função de que, na inocência, copiam um programa de computadores sem a devida licença legal e faz com que muitas megamilionárias passem a ser aplicadas contra aquela empresa, levando-a a não existir mais.

Aproveitando, 1º secretário, deputado Valdir Rossoni, faço o questionamento, pois acredito que seja da sua competência saber o que está sendo usado nos computadores da Assembléia Legislativa. O senhor poderia me dar a informação se todos os computadores da Assembléia Legislativa se utilizam de programas legalizados, ou se por ventura um funcionário, na intenção de praticidade ao serviço, não poderia ter copiado um programa de um outro computador, caracterizando assim a cópia pirata?

Eu não sei se o senhor tem essa informação. Acredito que não. O senhor detém essa informação?

O SR. 1º SECRETÁRIO (Valdir Rossoni)

Deputado Pastor Edson Praczyk, eu tenho algumas das informações aqui, que me prestaram neste momento, mas posso lhe prestar estas informações no dia de amanhã oficialmente.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Muito obrigado, e por falar em informações em busca dessas informações mais minuciosas o que nós fizemos, o que nós fizemos na posição de legislativos?

Encaminhei um pedido de informações ao Secretário Ricardo Augusto Cunha e depois de expirado o prazo que ele obrigatoriamente teria que me prestar as informações de quantos softwares são utilizados no Estado o que se faz com as máquinas sucateadas que não são mais úteis, depois de mais de 80 dias depois que eu pedi para o nosso presidente na época, deputado Nelson Justus, que pressionasse o secretário, é que, com muito custeio, este mencionado secretário nos providenciou as informações em duas grandes caixas de papéis. Muitos e muitos papéis, que seria humanamente impossível de alguém esmiuçar.

Revoltado por aquela atitude de pouco caso a esta Casa de Leis, esmиеcei, linha por linha, folha por folha e cruzei as informações no meu computador, e percebi que ele veio infringir uma segunda regra.

Em função disso, por ter me dado informações deturpadas, faltando informações, quero protocolar um requerimento solicitando a criação de uma CEI (Comissão Especial de Investigação) para apurar o possível crime de responsabilidade do citado secretário.

Nesta planilha, com todas as falhas de informações propositais, estou certo disso, pude fazer um comparativo. Gostaria que a imprensa prestasse a atenção. Detectei o uso incorreto de mais de 50 milhões de reais. Transformei no que poderíamos em benefício da população.

Por exemplo: poderíamos ter construído 3.338 casas populares. Daria para comprar 1252 novas ambulâncias 455 novas creches. Lá em Cascavel, como também em Ubatuba, se constrói uma casa popular com o custo de 3 mil e 500 reais; daria para construir 14.304 novas casas populares, 501 escolas. Postos de saúde com atendimento básico 2086 novos postos. Ambulância, aquelas mais simples, 1113, devido a má utilização do dinheiro público com aquisição de softs pagos, ao invés de softs livres.

Quero encaminhar um requerimento exigindo da Mesa Executiva que também sejam aplicadas à secretária Acyone Saliba, as penas contidas no parágrafo único do Artigo 55, devido ter se passado mais de 49 dias para dar satisfação a um pedido de informação deste parlamentar que vos fala. Virou moda! Os deputados fazem pedido de informação e os secretários estão pouco ligando.

Então, peço que a Mesa Executiva venha aplicar as providências cabíveis à pessoa da secretária da Educação Acyone Saliba, e também este requerimento que encaminho para ser protocolado, para que sejam tomadas as providências, à pessoa do senhor Ricardo Augusto, que além de ter feito pouco caso do nosso requerimento, também nos mandou informações dúbias, faltosas e incompletas.

Não sei se dá para conceder minutos de aparte ao nosso amigo deputado José Maria Ferreira?

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

O tempo de V. Exa. já se encerrou, deputado. Nós concedemos um prazo além, mas, gostaria de pedir a

compreensão do deputado José Maria, pois nós já passamos sete minutos além do tempo estabelecido.

O Sr. José Maria Ferreira

Agradeço, senhor presidente, pela concessão.

Só gostaria de parabenizar o deputado Edson Praczyk pelo pronunciamento. Conheço o seu interesse já há algum tempo, desde o início do seu mandato pela questão do software livre. Hoje é um bom momento de se observar, porque ele avançou, se consolidou.

Consolidando, evidentemente, deu garantias para que as instituições possam se valer desse tipo de software livre, mantendo a seriedade e segurança dos sistemas. E serve, inclusive, para também dar uma boa olhada na questão do Detran, que hoje está gastando cento e dez milhões.

Quem sabe, não teríamos resolvido a situação com um custo bem menor, produzindo outras casas para aqueles que precisam?

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. EDSON PRACZYK

Agradeço.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vosso requerimento, encaminhado à Mesa, segue a tramitação regimental.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti, último inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, nobre 1º secretário, Valdir Rossoni:

Quero, antes de iniciar a discussão do que me motivou vir à tribuna, cumprimentar o Pastor Edson Praczyk pelo pronunciamento que fez a cerca da utilização do software livre e dizer que há dois, três anos, já se trabalha a nível da União Nacional dos Legislativos Estaduais.

O deputado José Maria, inclusive, durante todo um ano, esteve participando a pedido, designado, pelo ex-presidente Nelson Justus, de todo um processo de discussão a nível da União Nacional dos Legislativos Estaduais, que posteriormente, se viu até na obrigação de criar um Instituto de Tecnologia aplicada ao Legislativo - Itecleg, do qual somos o presidente, hoje, e que em parceria com as Assembléias Legislativas do Brasil, não com todas ainda, mas com uma grande parcela, está desenvolvendo um trabalho muito grande na área de informática, tendo se conveniado com o Ministério da Presidência para prestação de assessoria e de serviço na formulação de propostas ligada ao software livre e no fornecimento, evidentemente, de programas ligados a esse software.

Portanto, parabéns, deputado Edson Praczyk. Espero que a Assembléia Legislativa do Paraná também se integre a esse trabalho da União Nacional dos Legisla-

tivos, porque é uma coisa que os Legislativos do Brasil estão fazendo em benefício próprio, independente de despesas, de dinheiro, porque é software livre e não precisa pagar.

Mas, senhor presidente, venho à tribuna e sei que o faço não só em meu nome, mas também e, especialmente em nome de V. Exa., que tem muito falado sobre esse assunto aqui na Assembléia.

Na semana passada, o deputado Cezar Silvestri discorreu sobre esse assunto, que é a questão ligada à defesa fiscal, sanitária e vegetal da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Estamos hoje no Estado do Paraná com a paralisação dos médicos veterinários. Por quê, deputado Silvestri? V. Exa., na semana passada, falava da necessidade de mais médicos veterinários, de se ampliar o quadro de engenheiros agrônomos, para que a fiscalização pudesse realmente acontecer a contento.

O que fez o Governador Jaime Lerner na semana passada? Retirou do salário dos médicos veterinários o adicional de 30% que eles possuíam sobre os seus salários-base, a título de periculosidade!

E a atividade sanitária desenvolvida por esses profissionais da Secretaria da Agricultura, é amplamente amparada pela periculosidade, porque afinal de contas, eles trabalham em situações difíceis, muitas vezes tendo que enfrentar animais valentes, selvagens, além evidentemente, da insalubridade que também é devida aos profissionais que atuam na defesa sanitária animal e na defesa sanitária vegetal.

É lamentável que nós, em um momento como esse, em que cada vez mais precisamos aprimorar e investir na defesa do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, primeiro não cumpriu as metas estabelecidas com o Ministério da Agricultura na contratação dos profissionais, depois, quando vem por anunciar contratação desses outros 20 ou 30 profissionais, na outra esquina retira o adicional de periculosidade, que para alguns significa uma redução no salário, de até R\$300,00!

É a mesma coisa que está acontecendo aqui na Assembléia Legislativa: deu benefício do ICMS na Lei Brandão, deu benefício do ICMS no Leite, na Lei Valdir Rossoni; deu benefício na área de informática, da Lei do deputado Durval Amaral; deu no projeto do deputado Cartário, no projeto do Pessuti, com a mão direita o benefício do ICMS, e agora mandou a mensagem aumentando a alíquota em 1%, tirando com a mão esquerda!

Deu de dia, tirou à noite! Deu o benefício quando estava sentado, quando levantou, não sustentou mais!

E a mesma coisa está acontecendo na Secretaria da Agricultura. Fez todo um estardalhaço, em cima da sanidade animal, e na hora em que nós mais precisamos que a sanidade animal permaneça, vem o governador e tira o adicional de 30% de periculosidade dos médicos veterinários!

E olha minha gente, há duas semanas atrás, estive no Paraná, uma missão internacional, deputado Zuk, do

Centro Panamericano da Febre Aftosa, que é uma entidade conhecida como referência e como auditora na área de sanidade animal. Ela é, inclusive, quem cuida da Reunião Interministerial das Américas, na questão da sanidade animal. E naquela oportunidade também o Centro Panamericano disse que a estrutura da sanidade animal era pequena, que os salários eram baixos e que precisaria se fazer alguma coisa.

Eu lamento ter que vir aqui hoje, para relatar esse triste fato, onde o Paraná, que precisa mais cuidar da sanidade neste momento, quando temos febre aftosa aparecendo na Argentina, no Uruguai e talvez até no Paraguai e na Bolívia, o governador do Estado vem desestruturar essa área que é a sanidade animal!

É lamentável, porque além de prejudicar o pecuarista que vende, aquele que compra, está prejudicando a imagem do Paraná na questão sanitária, quando retira, justamente do profissional que tem por direito a periculosidade, na forma de adicional no seu salário!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Antes de passar ao Grande Expediente, essa presidência comunica aos senhores deputados, que será rigorosa na questão do tempo, porque nós temos 3 Sessões na tarde de hoje.

No grande Expediente, com a palavra o deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

Tendo em vista a longa pauta dessa Sessão, como também das outras que se seguirão a essa, extraordinárias, a transformação do Plenário em Comissão Geral, nós vislumbramos que faltará até tempo para decidirmos todos os assuntos que constam nas diversas pautas das Sessões de hoje.

Em função disso, senhor presidente, eu abro mão do Horário do Grande Expediente, ressaltando que se, por ventura, um outro parlamentar quiser usar, aí então eu uso o grande Expediente.

Mas, se houver um consenso que ninguém vai usar, eu....

O SR. ORLANDO PESSUTI

Eu quero.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Então eu uso o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra V. Exa. que está inscrito no Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, apenas para uma constatação.

Há três dias atrás eu estou tentando me inscrever no Grande Expediente e sempre tem um deputado gover-

nista inscrito no Grande Expediente e chega na hora e usa esse tipo de expediente.

Apenas para uma constatação.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não cabe a Questão de Ordem, tendo em vista que quando assumimos aqui a Presidência, já estava inscrito o deputado Fernando Ribas Carli, que está com a palavra.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

No dia 5 de dezembro, semana passada, tivemos a oportunidade de, através da imprensa do nosso Estado, recebermos mais uma boa notícia. Mais uma vez o Paraná mostra ao resto do País o vigor da sua economia e a disposição que têm os paranaenses para o trabalho. Publicações recentes, mais precisamente do dia 5 de dezembro, trazem um dado importante: a indústria do Paraná cresce em outubro e acumula alta de 27,31%. A indústria paranaense retomou o crescimento após a retração do mercado durante o mês que já entrou para a história como "setembro negro" e mais, senhores, ela é uma notícia alvissareira não só para os paranaenses como também para todos os brasileiros.

A notícia informa que as exportações do Paraná atingiram quatro bilhões, quinhentos e trinta e cinco milhões de dólares nos dez primeiros meses deste ano. E, segundo os dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento de Indústria e Comércio, o resultado foi 24% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado, que chegaram as vendas externas do Paraná a três bilhões, seiscentos e sessenta milhões de dólares, nobre deputado Elio Rusch.

Se fizermos uma avaliação do crescimento que foi registrado neste ano de 2001 no nosso Estado, ele foi três vezes maior do que a média do crescimento brasileiro, que está calculada em 7%.

A matéria nos informa ainda que o Paraná tinha uma participação, no ano passado, nas exportações brasileiras, de 7,96% nesses dez primeiros meses. Passando agora nos dez primeiros meses de 2001, para 9,19%, em uma demonstração inequívoca do crescimento da produção paranaense e, por conseguinte, do crescimento do nosso Estado.

E a matéria informa mais ainda. Diz o seguinte: os produtos que mais contribuíram para o crescimento das exportações paranaenses foram, pela ordem, a soja em grão, farelo e óleo de soja, veículos, milho e frango. Embora a soja ainda seja o produto que lidera a lista das exportações do Estado, veículos, eu pediria a atenção para esse dado: os motores representaram os itens que mais cresceram nas vendas externas entre os produtos mais exportados. O aumento da venda de veículos para outros países foi de 58% e o de motores foi de 617% o aumento.

A novidade deste ano também foi o crescimento das exportações de milho, que atingiram 278 milhões de

dólares e as vendas de frango que tiveram uma elevação. No ano passado foram exportados 120 milhões de dólares, passando este ano para 151 milhões de dólares.

Então, temos aqui uma prova evidente, que nos dá dados econômicos publicados pela imprensa paranaense, mais precisamente pelo jornal Gazeta do Povo, caderno de Economia, que traz esses dados que, sem dúvida nenhuma, vêm trazer alegria, boas notícias para todos nós, paranaenses, que nos orgulhamos de viver nesta terra, de trabalhar nela, que a cada ano que passa vem dando exemplo de crescimento, exemplo de trabalho para todos os brasileiros.

Mas, eu queria, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, continuar naquela preleção que fiz há alguns dias passados a respeito dos comparativos que nós queremos fazer com os outros governos, comparando o período administrativo, deputado Valdir Rossoni, do governador Jaime Lerner com os outros governos.

Como já disse e repito, podemos comparar as realizações dos 7 anos do governador Jaime Lerner, quatro do primeiro mandato e três que estão se encerrando do segundo mandato, são 7 anos, se nós compararmos com os oito anos que antecederam, quatro do governador Álvaro Dias, e quatro do governador Requião, não temos receio.

Tenho em minhas mãos e gostaria até de mostrar um pequeno relatório, deputado Antonio Carlos Belinati, deputado Moysés Leônidas, das obras que foram realizadas neste período, nestes sete anos, e o que se nota aqui é que todos os municípios do Paraná receberam investimentos deste governo; não houve discriminação, deputado Litro, de nenhum município. Municípios que são administrados por prefeitos que pertencem a partidos de Oposição, municípios que são administrados por prefeitos que tecem duras e severas críticas à maneira de o governador Jaime Lerner administrar, mesmo assim não houve discriminação. O volume de obras pode ser visto pelos relatórios.

Concederei um aparte ao ilustre deputado Hermes Fonseca, na sequência, após eu dar os números. Vejam os senhores, nestes relatórios aqui, deputado Hermes Fonseca, só para o senhor ter um dado, nós temos exatamente sete mil, cento e vinte e seis obras realizadas!

E vejam só, nestes dois relatórios, é importante que a imprensa escrita, falada e televisada, tome conhecimento desses fatos, nestes dois volumes tem sete mil, cento e vinte e seis obras e neles estão acabadas, inclusive tem a data, deputado Pessuti, da conclusão da obra.

Vejam os senhores e aqui não constam as obras que foram realizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, as casas construídas pela Cohapar.

E aqui eu quero dar um dado aos senhores, com as sete mil novas casas anunciadas há dois dias, o governo Jaime Lerner, se parar por aí, deputado Basílio Zanusso, se não fizer mais nenhuma além dessas já contratadas, o governador Jaime Lerner vai construir 65 mil novas casas populares!

Vejam o comparativo. Se somarmos todas as casas construídas por todos os governos anteriores, não só os dois, mas todos os governos anteriores à administração do governador Jaime Lerner, encontraremos o número de 107 mil casas construídas. Em toda a história do Paraná foram construídas 107 mil casas populares pelos governos que antecederam o governador Jaime Lerner! No seu período administrativo, como disse, se ele parar nessas sete mil que estão contratadas, nós chegaremos a 65 mil residências!

Então, vejam só os senhores, nós temos 107 mil durante toda a história do Paraná. O Paraná é de 1853, me corrija alguém se eu estiver errado, 1853 até 2002, nós vamos ter 149 anos. Em 149 anos, vamos excluir os últimos sete, 135 anos foram construídas, deputado Nelson Tureck, 107 mil casas populares! Agora nós pegamos sete anos! Vamos entregar 65 mil casas populares!

Então, eu queria dizer aos senhores que nesses relatórios, não estão as obras da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, não estão da Cohapar, essas casas que eu relatei, não estão as obras realizadas pelo DER, nem pela Copel, nem pela Sanepar, nem pela Suderhsa e tampouco as obras que foram realizadas em convênios firmados com todos os municípios do Paraná. São obras que foram realizadas, fiscalizadas pela Secretaria de Obras, pelo Decon.

Então, nós temos que pedir para que os senhores deputados da Oposição tragam os números e as realizações dos governos anteriores para que possamos fazer o comparativo, para que possamos sair do discurso, da palavra e irmos para os fatos. Vamos para os fatos concretos, vamos fazer a averiguação dos números.

Mas tem mais, senhores, eu falava aqui na última segunda-feira a respeito do programa Paraná Doze Meses, e mesmo não tendo concedido aparte eu ouvi e alguns deputados gritaram: é mentira, não é verdade. Não, é verdade sim, é verdade, sim!

Vejam só, o Paraná Doze Meses já capacitou 122 mil produtores, deputado Geraldo Cartário. Através do programa Paraná Doze Meses mais de mil quilômetros de estradas foram readequados. Mais 45 mil famílias tiveram o apoio financeiro em diversas modalidades do Paraná Doze Meses. Tem alguns destaques que são números que realmente marcam. Foram trabalhadas 1200 bacias, em manejo de solo e água - uma área de abrangência de quatro milhões de hectares. O Paraná Doze Meses fez isso. Alguém vai dizer: não! Isso é recurso do Banco Mundial! Mas o governo do Estado tomou dinheiro emprestado do Banco Mundial, está pagando e vai ter que pagar. Grande parte dos recursos do Paraná Doze Meses são recursos a fundo perdido.

Vejam os senhores, ainda recentemente nós ouvimos deputados dizendo que iriam processar o governador Jaime Lerner, porque ele havia cometido um estelionato ao instalar as vilas rurais do nosso Estado. Digo que eu gostaria de ser processado por esse crime também! Se for crime tirar alguém que mora embaixo de lona preta, à

margem de estradas, quero ser criminoso, como já o fui, deputado Braz Palma. Quando prefeito de Guarapuava, tive a oportunidade de lá construir moradias populares, com recursos próprios da Prefeitura, tirando pessoas que moravam também embaixo de lonas pretas e também embaixo de barracos feitos de lâminas de madeira, dos resíduos das laminadoras e das fábricas de compensados, que existem em nossa região. As vilas rurais estão aí, estão funcionando, e se têm problemas, vamos resolvê-los. Mas o Paraná Doze Meses atuou lá no campo.

Eu que sou do interior e aqui tem diversos deputados que vêm do interior e conhecem a sua realidade, sabem como é difícil a pessoa morar na Zona Rural e não ter qualidade de vida, não ter casa que seja, quando muito, razoável e que tenha as mínimas condições de habitabilidade.

Dentro do Paraná Doze Meses existe um projeto que é o da recuperação das moradias. As pessoas que moram no interior têm dois, três hectares, muitas vezes um alqueire, dois alqueires, a todo instante sendo forçados à saída da sua pequena propriedade, para formarem os cinturões de pobreza das pequenas, médias e grandes cidades.

O recurso chegou lá, deputado Takayama. Foram reformadas 16.850 moradias em comunidades pobres do interior do Paraná. Lembraram daquele que viveu esquecido durante todo esse tempo!

Eu já tive a oportunidade de conhecer não muitas, algumas dessas casas. As pessoas recebem os recursos para a compra do material, para pagar a mão-de-obra do pedreiro ou do carpinteiro, que vai executar aquele serviço. As pessoas conseguem ter uma moradia, que lhe ofereça qualidade de vida - condições dignas de habitação. Dezesseis mil e oitocentas e cinquenta famílias atendidas!

O que é importante: a casa está lá, a pessoa está morando nela, não vai precisar pagar pelo dinheiro que o Paraná Doze Meses empregou para a melhoria da sua casa. É doação: o governo entrega esse dinheiro, paga a reforma da casa daquele micro-produtor rural. Não tem nenhuma prestação, não tem nenhum juro, é doado o dinheiro, e não só isso. Nessas casas que foram feitas as melhorias, foi feito também trabalho de saneamento, deputado Traiano, melhoria na captação da água e melhoria na coleta do esgoto. E aqui eu falo especialmente ao deputado Ademar Traiano, que tem um depoimento fantástico, lá na sua região, deputado Traiano, lá de Francisco Beltrão.

Teve um médico que atende uma das comunidades interioranas, um posto de saúde. Ele ficou impressionado porque teve uma queda brutal no número de atendimentos que ele fazia naquele posto de saúde, e ficou intrigado, queria saber o que aconteceu: “será que eu, como médico, não estou atendendo bem a população? Será que o pessoal não tem mais afeição por mim? Eu sempre procurei tratá-los bem”. Foi ao encontro das autoridades para saber o que tinha acontecido. Esse é o depoimento desse

médico, e aí ele ficou informado que a região que ele atendia tinha recebido recursos do Paraná Doze Meses, para melhoria das moradias e para melhoria do saneamento básico, da coleta da água e da receptação de esgoto.

Eu, que sou da área da saúde, deputado Accorsi, que é médico; deputado Waldyr Pugliesi, que é dentista; sabem da importância do saneamento básico na questão da saúde.

Todos nós sabemos. Uma criança que toma um copo de água poluída, 24 horas depois está sendo internada num hospital por desidratação. Vejam a importância do saneamento e da melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

Mas, deputado Valdir Rossoni, infelizmente eu não tenho escutado pronunciamentos dos deputados da Oposição para contar esses feitos. Veja quanto representa para o município, e aqui tem diversos deputados que já foram prefeitos das suas cidades, sabem quanto custa o atendimento à saúde, sabe quanto que as prefeituras oneram o seu orçamento na rubrica “saúde”. Existe até um dispositivo constitucional de que os municípios deverão empregar no mínimo 10% na área de saúde.

Vejam os senhores em quanto que diminui os custos destes municípios que tiveram esse trabalho de saneamento básico na zona rural. Porque o atendimento à saúde na zona rural custa mais caro do que na cidade, porque o prefeito tem que ter um veículo para levar um médico até a zona rural, e o médico já conta o tempo de trabalho do momento que ele sai de sua casa. Se o trajeto de ida leva uma hora ou meia hora e vice-versa ele já conta como tempo de trabalho o tempo de deslocamento, ele tem ainda o adicional por trabalhar fora da sua residência.

Mais um dado aqui, senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Estive ainda na sexta-feira num pequeno município na região central do Estado, e o prefeito me dizia: olha, Fernando, para eu conseguir ter um médico aqui de segunda a sexta-feira, estou pagando 7.500 reais, líquidos. É o que ele recebe.

Então os senhores imaginem o quanto representa de economia para os municípios, uma ação como esta do Paraná Doze Meses. Mas, não são somente estas ações do Paraná Doze Meses. Nós distribuimos - quando digo nós, o governo - todos nós aqui, porque nós somos os povo do Paraná. Os recursos pertencem a todos. Os recursos são oriundos dos impostos que nós todos pagamos, e o que é importante, foram distribuídos recursos, a fundo perdido, na área de fomento, para mais de 20.000 famílias.

Eu ainda na sexta-feira tive a oportunidade de participar da entrega destes recursos para diversas áreas fomentadas.

Quero ressaltar uma delas, na minha região, que é a área de reflorestamento, deputado Nelson Garcia. O senhor que vem lá do Arenito Caiuá, da região de Umuarama, aonde aquela região se recupera rapidamente atra-

vés da produção da soja, aquela região que era povoada por gado da melhor qualidade mas, que em função de erosão e todos aqueles problemas houve um novo direcionamento e hoje, aquela região responde muito bem aos investimentos e aos trabalhos que lá estão sendo feitos.

A nossa região, a região central do Paraná, é uma região dobrada, muitas áreas não são propícias para o plantio e, uma das atividades que se presta para aquela região é o reflorestamento, tendo em vista que lá, antes nós tínhamos imensas florestas de Araucária e o nosso pinheiro do Paraná, da imbuía.

Vejam só, para aquela região, o Paraná 12 Meses está fomentando o reflorestamento, o plantio da madeira do futuro. O que é importante neste fomento, além do recurso que o produtor precisa para comprar a muda que vem dentro do jacá.

Quem conhece sabe como é. Além de ter que comprar um veneno para matar formiga, porque a formiga ataca a muda plantada, além de receber os recursos para os outros tratos culturais, o pequeno proprietário de um alqueire, de dois alqueires que vai plantar dois hectares de florestas, ele ainda recebe um valor, que se refere ao pagamento do serviço que ele terá, deputado Litro, para plantar uma floresta que será dele.

Este é um governo ruim, deputado Nelson Garcia. Esse realmente é um governo que faz mal para os pequenos. Este é um governo que não se preocupa com aqueles que estão sofrendo, que estavam tomando água poluída, lá naquela pequena propriedade do interior e que não saíram antes porque não tinham as condições! Esse é o Governo ruim!

Olha, tenho certeza do que vou dizer aos senhores: falta um ano para a conclusão do segundo mandato do governador Jaime Lerner. Todos os paranaenses vão sentir saudades dele! Vão sim, os senhores que estão aí hoje, fazendo essa manifestação, que é legítima.

Embora nós os respeitemos sempre, deveriam lembrar que o governador que acabou com o redutor do salário dos funcionários foi o governador Jaime Lerner, porque o Álvaro Dias impôs o redutor aos funcionários públicos.

Será que o povo esqueceu disso?

O governador Jaime Lerner é ruim, sim, ele retira o redutor do salário dos funcionários, um travamento do salário do pessoal, quando chegava ali, não recebia acima daquilo.

O governador Jaime Lerner é ruim, sim! Os senhores que são funcionários públicos deveriam saber - e os senhores sabem - olhem os seus contracheques de novembro de 1994, e olhem os contracheques dos senhores de novembro de 2001, o salário é baixo e continua baixo ainda. Mas foi muito mais baixo!

O Paraná Doze Meses, além de incentivar, deputado Valdir Rossoni, o senhor que é da área da madeira, sabe da importância que têm as florestas para o desenvolvimento do nosso Estado e para a geração de mão-de-

obra, porque o plantio da árvore dá trabalho à mão-de-obra desqualificada.

Há pessoas que não sabem fazer nada, mas que sabem carpir, porque têm o momento que precisa no reflorestamento a limpeza da área e esses recursos estão sendo direcionados para esta terra.

Já foram aplicados 115 milhões de dólares no Paraná Doze Meses.

Quero dizer aos senhores que eu me sinto feliz, porque corri o Paraná em 93 e meados de 1994, levando uma mensagem para o Estado, de mudança, de renovação, de mudar a forma de administrar o Estado e hoje temos dados e números, porque os números são incontesteáveis. Estão aqui à disposição para que possamos fazer o comparativo. Vejam, querer negar o avanço industrial que o nosso Estado tem e está tendo, é querer tapar o sol com a peneira, tal é o crescimento industrial.

Está aqui comprovado. São dados comprovados. É a Gazeta do Povo. Eu acredito. A Gazeta do Povo...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Ribas Carli, V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

A Gazeta do Povo publicou os dados econômicos do Estado. Não são palavras jogadas ao vento. São números, são dados do aumento de produção.

Sinto-me feliz em poder vir aqui e colocar esses números e convidar a todos os deputados para fazermos a confrontação, para que discutamos em bases sólidas, porque palavras podemos soltá-las, mas os números, se não forem verdadeiros, são descobertos, porque dois e dois, continua quatro. Não consegui ser cinco, muito menos, treze.

É a proposta que eu faço para que possamos fazer o comparativo. Eu gostaria de dar o aparte a todos os deputados, mas eu queria sugerir aos deputados Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, enfim, a todos os deputados que me solicitaram aparte, tragam, no uso do Grande Expediente, os números dos seus governos, e vamos comparar com os números que temos aqui, porque de nada adianta ficarmos jogando palavras, como costumam jogar. Tragam os números. Coloquem para apreciação e conhecimento da população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PDT, com o deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Já há algumas vezes tenho tentado um aparte com o deputado Fernando Ribas Carli e não tenho conseguido.

Sei que ouço constantemente de alguns governistas que dizem o seguinte: "Estou de bem com a vida". Essa é

uma menção para demonstrar à Oposição que estamos mal-humorados, mal-amados, tristes, aborrecidos e dizem nos programas de televisão “estamos de bem com a vida”.

Quem dera! Quem dera!

Agora, de mal com a vida estão os 93% do povo que rejeita, sem a mínima oscilação, em qualquer pesquisa pública, sobretudo quando lembramos que o Paraná Rural, o empréstimo foi de 130 milhões de dólares. O Paraná Urbano é de 400 milhões de dólares que o povo vai pagar. Há quatro anos o Paraná Urbano não presta contas da sua movimentação. Por isso os técnicos do TC não conseguiram mensurar a movimentação do Paraná Urbano.

A dívida do Estado, deputado Ribas Carli, aumentou oito vezes e meia em relação a 1994.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, uma questão de ordem.

Eu só gostaria de saber se o deputado Neivo Beraldin vai permitir aparte?

O SR. NEIVO BERARDIN

Eu estou no Horário da Liderança e o meu tempo é curto. Evidentemente que eu poderia ceder. Eu tenho cinco minutos e V. Exa. acabou de usar o Horário da Bancada, e não concedeu aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu só pedi para colocar alguns números ao seu pronunciamento, mas se não for possível, não tem problema.

O SR. NEIVO BERARDIN

Solicito ao apaixonado governista Valdir Rossoni que...

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está assegurada a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Já que o deputado não me concedeu aparte, eu vou lhes dizer que o governo do Paraná adquiriu empréstimo no Banco Central, de 5 bilhões e 600 milhões e pegou 3 bilhões e 700 milhões e integralizou de capital, no Banestado, para vender o Banco por 1.600.

Sabem quem vai pagar os 4 bilhões e 25 milhões de furo? É o povo do Paraná!

O Sr. Luiz Carlos Martins

Deputado Neivo, o senhor, na sequência, pode me conceder um aparte?

O SR. NEIVO BERARDIN

Deputado Luiz Carlos Martins, eu tenho por V. Exa. um grande respeito. O meu tempo é curto, mas lhe concedo aparte.

O Sr. Luiz Carlos Martins

Só para lembrar um poeta, um filósofo popular da China, dos arredores de Pequim. Inclusive o deputado Vanhoni tem conhecimento dele. Esse filósofo Chon Pen Pen, muito pobre, e ele não tinha onde escrever e escrevia naquele papel de padaria. Eu me lembro de um pensamento dele que serve para todos nós:

“Feliz do homem que consegue ver e enxergar”.

Está dando a impressão que não estamos enxergando a transformação do Paraná. É só isso!

O SR. NEIVO BERARDI

Deputado Luiz Carlos Martins, só não vê quem não quer, por os números são irrefutáveis.

Não faço aqui discurso de imaginação. Eu me reporto a documentos de técnicos do TC e do governo do Estado. Os deputados deveriam saber que o governo do Paraná, ao fazer o acordo para poder cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu um compromisso de gastar aquele tanto para investimento. Ele assinou, convêniou com o governo federal e um dia vou tornar público esse documento e V. Exas. poderão colher esse documento porque é público. Ele está no nosso site. Aliás, sugiro aos deputados governistas que acessem o nosso site e verifiquem os documentos oficiais do governo do Estado do Paraná e façam a sua contabilidade e verão que dois e mais dois, são quatro. A matemática é uma ciência exata.

Então, o deputado Ribas Carli traz à tribuna um discurso lido, sem permitir aparte, para, naturalmente, permitir o contraditório.

Por que o deputado Ribas Carli não traz aqui o Hitoshi Nakamura que fez os “Jogos Mundiais da Safadeza”?

Por que o secretário Nakamura não aceita vir na Comissão de Meio Ambiente para explicar os mais de 70 milhões em obras que não foram feitas? Picaretagens, malandragens e roubo do dinheiro do povo!

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado, não vai permitir o aparte?

O SR. NEIVO BERARDIN

Acho que a Bancada do governo deve trazer o Hitoshi aqui para explicar à Comissão do Meio Ambiente, porque pagou 23 milhões de reais numa obra que não existe!

Então, senhores deputados, nós ficamos aqui a discutir, deputado Nereu Moura. Ficamos a discursar, porque infelizmente, o Executivo constitui a maioria.

Hoje eu vi uma matéria na Folha do Paraná e uma pergunta: “Mas se o governo sempre tem a maioria, então, por que temos o Parlamento”? Esta frase está na Folha do Paraná, de hoje.

Se o governo sempre tem a mesma maioria e são os mesmos que se levantam sempre a tudo que ele pede, toda a mensagem que ele pede é aprovada, então por quê

o Parlamento? Eu me permito discordar da afirmativa, porque há democracia e o Parlamento é a arte da divergência. E hoje, evidentemente, o Governo tem a maioria, mas no momento em que os deputados se debruçarem sobre os documentos, sobre o orçamento, sobre a execução do orçamento, verão que não é possível mais dar sustentação a este governo. Sobretudo porque ele aprova o orçamento, remete à Assembléia um orçamento de 12 bilhões, que nunca realizou mais de 8,5, 9 milhões de reais.

Então não é sério, porque permite, pede um orçamento de 12, sabendo que não realiza conforme a evolução de 96, 97, 98, 99 e 2000. O Governo não arrecada mais do que 8,5 bilhões. Por quê é que ele pede 12 bilhões? Por quê é que ele pede 20%, 15% de elasticidade para poder manusear o orçamento como ele quer, independente do Poder Legislativo?

Por isso o Poder Legislativo deve se impor, deve começar a exercer, porque o nosso regime é presidencialista mas a nossa Constituição é parlamentarista. Se olharmos a Constituição, o Parlamento tem mais força do que o Poder Executivo. Acontece que temos que exercer com eficiência e com amor os votos que recebemos da nossa população.

E não adianta vir aqui e somarmos em maioria. Temos que somar em qualidade. Temos que somar em justiça. Não precisamos ser bons e nem maus com o governo, temos que ser justos com o governo e justo com os nossos eleitores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

No horário do PT com a palavra o senhor deputado Hermes Fonseca.

O SR. VALDIR ROSSONI

Apenas quero fazer um registro e daí não farei uso do horário do PTB.

Fiz um pedido ao deputado Neivo, para que ele me concedesse um aparte. E ele não me concedeu, porque disse que o tempo era muito curto. E aí concedeu ao deputado Luiz Carlos Martins! Não entendi a preferência!

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente e senhores deputados.

O deputado Ribas Carli nesses últimos dias se tornou um professor...

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Preciso responder ao líder Rossoni. A preferência é pelo seguinte: Ele, como foi líder do governo Lerner durante 6 anos, usou a tribuna muitas vezes mais que o deputado Luiz Carlos Martins.

Então, a população naturalmente deseja, eu imaginei que desejava, ou precisava conhecer mais a opinião, o pensamento de quem pouco usou a tribuna, porque

V. Exa. foi líder do governo durante 6 anos, por isso, seu espaço sempre foi amplo e evidentemente dei a preferência ao nosso companheiro.

O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Se não cabe a Questão de Ordem dele, V. Exa, deixou-o falar! Eu só quero dizer que tive orgulho de ser líder do Governo, enquanto o deputado Neivo Berardin sempre deu apoio a este Governo.

Então quer dizer, a competência do líder fez com que ele se curvasse a esse Governo.

(Tumulto)

O SR. NEIVO BERARDIN

Não é verdade! É mentira!

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não tem Questão de Ordem.

Está com a palavra o deputado Hermes Fonseca.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Quero fazer um apelo, senhor presidente, para o bom andamento dos trabalhos da Casa. Nós temos apenas esse final de tarde e amanhã para encerrar os nossos trabalhos.

Queria fazer um apelo, senhor presidente, que a partir de amanhã fizessemos um entendimento de lideranças, aqui, e nós eliminássemos o Pequeno Expediente, o Grande Expediente, e ficássemos apenas com o Horário das Lideranças e passássemos a discutir os projetos no momento de suas votações, porque estamos aí com a Ordem do Dia de hoje. Tem 32 projetos para serem votados. Vamos ter mais duas Sessões Extraordinárias hoje. Haverá uma Sessão Especial hoje à tarde aqui, nós vamos terminar quando isso?

Alguém pode pensar: "Os deputados estão discutindo no Grande Expediente para querer provocar uma prorrogação dos trabalhos". Não é isso que nós queremos!

Então, por favor eu faço um apelo à Mesa, aos líderes de partidos que, a partir de amanhã não se use mais Pequeno Expediente, Grande Expediente, porque o assunto agora é votar sim, aprovar é outra questão!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Eu comunico aos senhores deputados que a Mesa não irá catar mais a Questão de Ordem que não seja baseada no Regimento.

Com relação à sua sugestão, deputado Algaci Tulio, se for de entendimento das lideranças, que seja encaminhada à Mesa para que a Presidência possa tomar a sua decisão.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu queria registrar a presença do vereador de Quarto Centenário, João Batista, aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Registrado, agradecemos a presença do Vereador.

Com a palavra o deputado Hermes Fonseca, no horário do PT.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhores deputados.

Acho que o deputado Ribas Carli se aperfeiçoou, nos últimos 15 dias, no discurso sofista. Ele é utilizador do sofisma no seu discurso. Quando falou nas obras do Governo com aquele calhamaço que trouxe, pensei que ia ler, uma por uma, já que não nos deu tempo de aparte e gastou um tempo aí de uns 40 minutos no seu discurso, e se negou a dar, aparte àqueles que se pronunciaram.

Eu digo sofista porque o deputado Ribas Carli está mostrando as obras que o Governo fez nos municípios, mas que é obrigação de governo, faz parte da rotina conservar ou restaurar uma escola que está com porta quebrada, com vidro quebrado, com encanamento estragado; não é obra nova, isso é rotina, é como se fosse nossa casa, se nós deixássemos de cuidar do dia-a-dia da nossa família. Então, não se pode colocar num dossiê como obra nova, obra construída pelo governo, aquilo que é obrigação dele!

Refazer, restaurar uma estrada, as estradas estavam abandonadas aí, porque investiram, segundo o deputado Ribas Carli, em projetos industriais. Mas a que preço?

Há dias atrás saiu uma reportagem, no Estado de São Paulo, sobre a guerra fiscal do Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e o preço dessa guerra fiscal foi muito alto para os três Estados. Para gerar um emprego na indústria, aqui no Estado do Paraná gastou-se entre R\$328.000,00 e R\$400.000,00, para gerar um emprego, um posto de trabalho, neste Estado. Se nós tivéssemos aplicado isso, lá na agroindústria, com 8, R\$10.000,00 reais, nós geraríamos emprego. Então teríamos que fazer a conta para mostrar que este Governo está equivocado, que o valor dos investimentos das concessionárias automotivas, chega quase ao valor dos subsídios que o governo deu para estas indústrias.

Então, não tem lógica fazer esse discurso para enganar o povo do Paraná!

E aliás, eu gostaria de mostrar aqui, vou colocar à imprensa, não tenho o número de exemplares suficientes, mas vou repartir na imprensa, o dossiê do Projeto Vilas Rurais que foi entregue na semana passada, lá em Paranaíba, ao representante do Banco Mundial. Está aqui o diagnóstico do Programa Paraná 12 Meses, e especialmente do Programa Vilas Rurais, para mostrar que, mais uma vez, o deputado Ribas Carli usa do sofisma para tentar enganar a população do Paraná!

Aliás, o fato de ele não nos dar aparte, nem a mim, nem ao deputado Neivo e nem aos outros que pediram, é exatamente o medo de ser desmarcado pela imprensa. Por isso não nos deu aparte. Mas, está aqui. Vou entregar oficialmente ao presidente da Casa.

Este dossiê foi elaborado por um grupo de instituições que fizeram um diagnóstico, uma avaliação do Programa Vilas Rurais. Entre estas instituições, estão a FETRATAF SUL (sic), Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar; a Comissão Pastoral da Terra, a Pastoral da Juventude Rural, a Associação Difusora de Treinamentos Especiais Pedagógicos, o Departamento de Estados Sócio Econômicos Rurais, a Secretaria da Agricultura de Ponta Grossa, a Rede Brasil Sobre Instituições Financeiras Multilaterais, a CUT, etc, e etc.

Este documento foi entregue oficialmente ao representante do Banco Mundial, que veio ao Brasil e ao Paraná.

Concedo aparte à deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin

Obrigada pelo aparte, deputado Hermas.

Também gostaria de contribuir neste sentido porque principalmente este dossiê traz presente os maiores problemas que as vilas rurais enfrentam, hoje. E não é verdade que estas casas estão sendo doadas. As pessoas que moram nestas casas precisam pagar prestação da casa, luz, muitas vezes precisam pagar a água e agora com o problema da urbanização, provavelmente também terão que pagar IPTU.

Isto significa que o governador Jaime Lerner simplesmente transferiu um problema sociais da cidade, como disse bem o deputado Ribas Carli, tirando de debaixo de lona, transferiu o problema social da cidade para o campo, porque lá as cidades vão precisar da mesma forma, vão ter os impostos para pagar e além disso terão problemas, sim. Problemas previdenciários, porque hoje não basta dizer que você mora na roça. Você precisa provar que é trabalhador. E você precisa saber com notas, daonde estas pessoas vão tirar notas, o que é estas pessoas estão produzindo em 5 mil metros de área de terra para poder vender esta produção, adquirir notas e provar que são agricultores.

Então, existe o problema previdenciário, o problema com as prestações, o problema de transformar em urbanização as vilas rurais e o problema mais sério, ainda, é a geração de rendas, onde as famílias não têm condições, não conseguem arrecadar recursos para poder pagar suas prestações e poder sobreviver nas vilas rurais.

Então, a questão das vilas rurais é um problema muito sério e nós precisamos discutir e ajudar a encontrar uma solução para os viliões, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

V. Exa. tem um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. HERMES FONSECA

Deputada Luciana, existe problema de toda ordem, neste relatório. Como eu disse, vou entregar à imprensa. Mas, o dossiê de documento, são quase duas mil páginas, estará à disposição da imprensa na liderança do PT, para

quem quiser consultar e fazer uso dele. seja a imprensa ou qualquer cidadão paranaense.

Eu quero dizer mais: além do sofisma na construção deste dossiê do deputado Ribas Carli, é preciso dizer que o governo construiu obras caríssimas, não fiscalizou, e obra que não foi inaugurada até agora já está arreben-tada, porque usaram material de péssima qualidade. Tem uma escola em Cornélio Procopio que não foi nem inau-gurada, ainda. As portas estão todas tortas, empenadas, as torneiras colocadas estão vazando água; eu vou tirar um retrato e trazer à Assembléia. Tem cupim no telhado, no beiral. O cupim sara. Já havia problema antes da reforma e não resolveram o problema do cupim. Daqui a pouco aquela mesma sala, reconstruída, estará na eminência de cair e de causar um problema maior para os alunos e para a comunidade.

Penso que nós temos que debater muito mais. O deputado Ribas Carli, tenho certeza, que no começo da próxima legislatura vai ter muito trabalho para explicar este discurso que fez aqui nos últimos dias, que monopolizou a tribuna desta Casa, que não permitiu que os depu-tado Neivo Beraldin, José Maria, Caíto Quintana, Waldir Pugliesi, enfim todos os deputados que lhe pediram aparte, foi negado, talvez por medo do debate.

E o debate é que constrói a democracia. Então, nós não podemos ser licenciosos e usar uma tribuna com dis-curso que vem a ser uma falácia porque o discurso vai, as pessoas ouvem e se não houver um contraponto, talvez fiquem com a imagem deturpada de tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu gostaria de convidar o ilustre deputado para que me convidasse para que eu fosse até o seu gabinete. Com o maior prazer lhe mostrarei item por item daqueles dois relatórios onde constam diversas obras que o senhor usou, e o que é mais importante, se a obra não está bem construída, merece a reclamação daqueles que a usam.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem a ser decidida.

Horário do PPB, PTB.

(**Declinam**)

PMDB, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados. O depu-tado Ribas Carli usou a tribuna há dias atrás para falar mal dos políticos que representavam Paraná na Constitu-into de 88. Peguei uma certidão no TRE para saber quem eram os políticos que representavam o nosso Estado naquele período.

Concordo com o deputado Ribas Carli que houve falhas e o Paraná hoje paga um preço altíssimo, mas quem eram os senadores do Paraná? Senador José Richa. Afonso Camargo que hoje estão no PSDB.

E quem estava lá em Brasília, como deputado fede-ral, representando nosso Estado? José Tavares, atual secretário de Segurança Pública; Sérgio Spada, atual deputado aqui; Alceni Guerra, chefe da Casa Civil; Eucli-des Scalco, presidente da Itaipu Binacional.

É a estes que o deputado Ribas Carli tem que diri-gir o seu veemente protesto, ao Scalco, ao Richa, ao Basí-lio Vilani, presidente do PSDB, ao Martinez, presidente do PTB; eram deputados do Paraná na Constituinte de 88.

Tem que fazer sim, a reclamação, puxar a orelha deles, que não defenderam os interesses do Paraná e per-mitiram que o Paraná tivesse um prejuízo de 400 milhões por mês! Quem fala o que quer ouve o que não quer.

Dá, sim, para fazer a comparação com o governo Lerner. Não vou compará-lo com o governo do Álvaro, somente com o governo do Requião. As diferenças são inúmeras do ponto de vista de eficiência, do ponto de vista da moralidade e da ética.

São milhares de anos a diferença do governo Requião, com o governo Lerner.

Requião combateu o endividamento do Estado; Lerner saqueou o Paraná, fazendo com que a nossa dívida fosse mais do que dez vezes aquela que ele pegou.

Requião governou o Paraná por três anos, Jaime Lerner há longos e infinitos 7 anos.

Requião combateu a imoralidade com tenacidade; Lerner fez com que a corrupção se enraizasse no seio da máquina pública.

Requião apoiou a agricultura com 56 práticas agrí-colas: o “Panela Cheia”, “Bom Emprego”. Jaime Lerner abandonou a agricultura à sua própria sorte. Sucateou a agricultura. Setenta mil pequenos proprietários abando-naram a roça e vieram viver na cidade!

Roberto Requião apoiou a educação, dando aumentos diferenciados para os professores. Colocou como secretário um dos professores mais respeitados do Paraná, o professor Elias Abrahão; Jaime Lerner aniqui-lou com a educação e colocou como secretária alguém representante do Banco Mundial, que nem professora é.

Roberto Requião desenvolveu o maior programa que o Paraná já teve de recuperação de estradas, milhões de dólares para recuperar estradas; Jaime Lerner vendeu as estradas, colocou pedágio, e as outras estão abandonadas.

Roberto Requião concedeu isenção fiscal para 74 mil pequenos empresários paranaenses que precisavam do suporte do governo. Jaime Lerner apoiou grandes multinacionais. Essas empresas vieram aqui sugar o povo do Paraná.

Roberto Requião construiu a Ferroeste, gastou 300 milhões de dólares. Jaime Lerner vendeu a Ferroeste por 25 milhões de reais.

Roberto Requião em seu governo, o delegado geral da Polícia Civil não se envolvia com desmanche de car-ros, com roubo de carro. Neste governo o delegado geral teve a sua prisão decretada por envolvimento em desman-che e com roubo de carro.

No governo do Roberto Requião o Banestado era o braço direito do governo para apoiar a economia do Paraná. Jaime Lerner fez com que o banco fosse um covil de picaretagem. Saquearam o Banco do Estado e depois venderam para o Banco Itaú. Criaram os títulos podres, o leasing, mais de 900 milhões de picaretagem e de desvio do dinheiro do Banco do Estado.

No governo do Roberto Requião não havia jogo mole com a desonestidade. Neste, um desastre absoluto. Neste governo, a corrupção está arraigada no seio dele. A diferença é muito grande. É brutal. É ética, é moral, não dá para comparar!

Roberto Requião foi duas vezes ao estrangeiro. Jaime Lerner 43 vezes, o campeão do mundo em viagens ao exterior à custa do dinheiro público! As Vilas Rurais, outro fiasco. Outro escândalo que este governo está causando. Irá pagar sim, porque iremos processá-lo por estelionato contra a economia popular, porque ele enganou os vileiros. Fez um programa furado. E agora não pode dar os documentos da terra para quem está pagando sua casa.

Por isso a diferença é monumental.

E, se trouxesse aqui os índices do governo Álvaro Dias seria uma verdadeira vergonha fazermos a comparação com este governo que está abalado com denúncias de corrupção, incompetência, mazelas, destruindo o estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Horário das Lideranças, PFL.

(**Declina**)

Pela ordem, o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Gostaria de deixar registrado nos Anais da Casa, que hoje, dia 12 de dezembro, faz exatamente quarenta e dois anos da morte do ex-senador Souza Naves.

A juventude socialista do PDT está promovendo um encontro na sede do partido, às 18:00h, para homenagear esse líder trabalhista.

Quero fazer o convite aos senhores deputados, ao pessoal das galerias, aos ouvintes, que participem conosco a partir da 18:00h, na sede do PDT, de um encontro em homenagem ao ex-senador Souza Naves.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Registrado, deputado.

Com a palavra, o deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvimos aqui algumas manifestações de parlamentares, através do brilhante pronunciamento feito pelo deputado Ribas Carli, que aliás, dentro desses dias tem apresentado aqui, com muita propriedade, com muita eficiência, dados estatísticos claros com relação ao governo Jaime Lerner.

Por outro lado, acabamos de ouvir o pronunciamento do eminente líder da Oposição, deputado Nereu Moura, questionando as colocações do deputado Carli.

Deputado Nereu Moura, acompanhei o seu pronunciamento e quero contraditar algumas das suas colocações, naquela tribuna. Reconhecemos sim, que o governador Requião iniciou a Ferroeste, fez como projeto maior do seu Governo, (o único praticamente foi a Ferroeste), investiu recursos.

Mas, não são verdadeiras as colocações de que o governador Roberto Requião concluiu a Ferroeste, pois quando Jaime Lerner assumiu o governo, recebemos a Ferroeste como obra concluída e pronta, enquanto que nela restavam ainda 25 km de ferrovia a serem concluídas e executadas e que o Governo Requião, e na sequência do Mário Pereira, deixaram apenas os trilhos e os dormentes estendidos durante o trajeto da ferrovia.

O Estado do Paraná, através do governador Jaime Lerner, teve que gastar ainda, naquela época, porque fui diretor administrativo e financeiro da Ferroeste, mais oitenta milhões de reais para a sua conclusão.

Portanto, não é verdade a sua afirmação e o Tribunal de Contas pôde constatar isso muito bem de perto e tivemos que de imediato concluir as obras, chamar as empreiteiras e fazer com que a obra realmente pudesse ser concluída.

Além do que, V. Exa. coloca aqui, situação com relação a drogas, delegados.

Olha, deputado Nereu, não vamos de forma alguma fazer a defesa intransigente do governo, porque em todo governo existem situações adversas dentro dele, como existe em prefeituras determinados segmentos que acabam comprometendo, maculando muitas vezes. Mas, isso não quer dizer, que o governo como um todo esteja enlameado ou comprometido com situações como essas.

Quem teve a coragem e a ousadia de fabricar um Ferreirinha para ser governador do Paraná, não tem moral para ficar aqui agredindo, acusando, atacando a este ou aquele.

E nós que conhecemos o interior do Paraná, (eu tive um irmão prefeito na época do governador Roberto Requião); e muitos daqueles que aqui estão, lembram-se perfeitamente, deputado Nereu Moura, de que o senador Requião ao deixar o governo, correu o Paraná inteiro, mentiu ao Paraná, aos prefeitos, anunciou e liberou obra e em nenhum momento essas obras chegaram ao interior do Paraná.

Subia o senador Requião nos palanques e dizia: “o dinheiro já está aqui, se o prefeito não fizer é porque ele está desviando da população”.

Não assinava convênio, mentia à população e esta sim, é a grande farsa, é o grande estelionato eleitoral. Se elegeu senador com uma votação extraordinária, expressiva em cima de uma mentira deslavada, que até hoje as obras não aconteceram. Os prefeitos do PMDB de então, na verdade, ainda hoje esperam pelas obras que o Requião acabou anunciando em todo interior do Paraná.

Portanto, não podemos permitir que agressões dessa natureza possam prosperar aqui neste Plenário, porque se alguém enganou o Paraná, com certeza foi o senador Roberto Requião.

E nós desafiamos aqui, como desafiou o deputado Carli. Com dados concretos, com números de quem, na verdade, executou mais esse estado.

(Passa a usar o Horário da Liderança do Governo)

Podemos fazer uma avaliação, uma comparação sem nenhum problema, entre o que aconteceu no Paraná nesses últimos 7 anos, e podemos juntar os dois outros governos, para não ficarmos aqui, apenas ligados no governo Roberto Requião.

Quero ainda, deputado Nereu, contradizer aqui-lo que V. Exa. e a deputada Luciana colocaram sobre as Vilas Rurais.

Acabo de receber aqui, um convite, deputado Nereu, para dizer a V. Exa. que o governo Jaime Lerner tem uma atenção e um carinho muito especial para com os pequenos agricultores, para com aqueles que na verdade, já marginalizados, estavam em baixo da “lona preta”, para dizer aos senhores, que o Governo do Paraná está convocando diversos proprietários de Vilas Rurais do Paraná, para receberem os títulos definitivos, dos imóveis que ocupam em todas as Vilas Rurais do Paraná.

Portanto, deputado Nereu, convido a V. Exa. para estar no Palácio Iguaçu, agora no dia 17 de dezembro, para participar dessa festa, que com certeza, é a consagração daqueles que em nenhum momento tiveram a perspectiva de vida, de ter um imóvel.

Já estavam marginalizados pela sociedade, já estavam sem a mínima esperança de poder um dia ter um pequeno pedaço de terra ou uma pequena propriedade para colocar os seus filhos.

Por isso, deputado Nereu, não posso concordar e quero ao encerrar as minhas palavras, dizer, sem nenhuma agressão, mas de forma sucinta e clara, deputada Luciana Rafagnin, com todo o respeito que tenho a V. Exa., porque é de Francisco Beltrão, discutamos o mesmo espaço, a mesma área, convivemos dia-a-dia, mas não posso conceber que o seu discurso aqui, seja diferente do discurso que acontece lá em Francisco Beltrão.

Aqui, o seu discurso é um! Lá, é diferente!

Há pouco tempo, V. Exa. apresentou um projeto autorizatório para criação de um Hospital Regional.

E eu votei por esse projeto.

Que nós temos, todos os senhores deputados sabem perfeitamente, que o projeto autorizatório não significa dizer que o governo esteja compromissado, que o recurso esteja garantido, que tenha a obrigatoriedade do governo em executar a obra.

Quero sim, que o Governo faça! Mas, deputada Luciana, tenho que lhe dizer, lá V. Exa. diz que o governo é simpático, que o governo vai atender, que o governo isso, que o governo aquilo; Aqui, V. Exa. ataca o governo!

Afine o discurso para não cair no contraditório! Para não cair no ridículo!

Essa é a colocação que gostaria de lhe fazer, porque eu conheço muito bem o que está ocorrendo em Francisco Beltrão.

Eu quero sim, um Hospital Regional, mas um Hospital Regional que tenha, realmente, de dizer e atender Francisco Beltrão, não criarmos mais um “elefante branco”.

Com isso, eu não concordo.

Digo ao governo, que não invista, porque se é para criar um “elefante branco” como tantos outros que temos no Estado do Paraná, não posso conceber.

E o que me parece, que está claro, através de manifestações de alguns segmentos de Francisco Beltrão, me parece que todo esse imbrólio está sendo encaminhado para comprar um hospital na cidade de Francisco Beltrão.

O que realmente é preocupante, fazer com que uma sociedade civil se desfaça de um “mico”, para jogar nas mãos da sociedade organizada.

Não posso, de forma alguma, concordar, e quero dizer-lhe, sou simpático, sim! Trabalharei, através desse hospital, mas desde que nós tenhamos lá algo que realmente não comprometa o prefeito, não comprometa a sociedade organizada. Que tenhamos um hospital regional que possa surtir efeito, que realmente não se torne mais um “elefante branco”, mais um “mico” para a região Sudoeste do Paraná, e que acima de tudo, para encerrar as minhas palavras, quero dizer, deputada Luciana, o seu discurso com certeza está contraditório!

Para não ser deselegante, lhe concordo um aparte, sim!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Muito obrigada, deputado!

Eu gostaria de dizer a V. Exa. que todas as vezes que eu falei do governo Jaime Lerner, falei em entrevistas em rádios e está gravado. Posso pedir as fitas para V. Exa. ouvir. Sempre falei dos problemas que têm as Vilas Rurais. Sempre falei do descaso do governo Jaime Lerner na questão da Educação, na questão da Habitação do nosso Estado, principalmente na questão da Agricultura. Sempre reclamei, inclusive, do veto que ele fez ao meu projeto de habitação no meio rural, do veto que ele fez ao projeto que cria o Conselho Estadual da Agricultura Orgânica, falando que eu não entendo porque o governo não é sensível, principalmente no que se refere à habitação do meio rural.

E quanto eu falo do Hospital Regional, sempre expliquei muito bem que é um projeto autorizatório que eu tive a felicidade de ver aprovado aqui nesta Casa e sancionado pelo governador, porque acredito que ele conhece muito bem e é sensível aos problemas de saúde que enfrenta a região Sudoeste. Acredito que isso levou-o a sancionar o projeto que cria o Hospital em Francisco Beltrão.

Agora, deputado, elogio a questão do secretário de Saúde que está interessado, porque sabe também dos problemas que tem a nossa região Sudoeste, e V. Exa., por ser de Francisco Beltrão sabe quanto Francisco Beltrão também depende, e os quarenta municípios da Região dependem de Cascavel e dependem aqui da Capital para um tratamento de saúde especializado.

Por isso, deputado, conto realmente com o seu apoio para que o Hospital seja implantado no nosso município de Francisco Beltrão, que tenha esse atendimento especializado à saúde da nossa região Sudoeste.

Agora, nunca dei uma entrevista elogiando o governador de como ele vem administrando o nosso Estado! Nunca fiz isso, deputado, posso provar por fita para V. Exa. em todas as entrevistas que eu dei, quais foram as minhas palavras e o que eu falei do governador.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Vossa Excelência tem um minuto para concluir vosso pronunciamento.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Pois não, senhor presidente.

Agradeço o aparte, deputada Luciana, apenas eu acho que são duas coisas distintas: uma, é termos a compreensão que a sanção governamental de um Hospital Regional é perfeitamente concebível, até porque não há nada em termos gráficos que comprometa recursos financeiros; outra, é criarmos uma falsa expectativa à população, como está acontecendo, de que o governo vai acontecer, vai fazer, vai implantar o hospital regional na região Sudoeste do Paraná, quando isso é um assunto extremamente sério que, com certeza, deverá passar pelos senhores prefeitos e por todos os segmentos de Francisco Beltrão, e não apenas por uma pessoa que queira, na verdade, fazer com que isso se transforme em uma plataforma de campanha política.

Muito obrigado, senhor presidente!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Nessa questão do Hospital Regional, eu nunca criei falsa expectativa. Existe uma Comissão criada por quatorze entidades da região Sudoeste que está discutindo a forma da implantação desse hospital regional. E digo ao deputado Traiano: se o Jaime Lerner não for sensível de implantar esse hospital, com certeza o futuro governo do Estado do Paraná implantará!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Ainda no Horário das Lideranças:

PPS (Declina)

Liderança da Oposição.

Com a palavra, o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares:

Há dias nesta Casa convencionou-se de atacar governos anteriores, estabelecer a crítica a governos anteriores, quando nós entendemos que o projeto que se pretende discutir nesta Casa é o futuro do Paraná, o presente do Paraná. Agora, evidentemente algumas coisas do passado do Estado do Paraná repercutem no nosso presente esses precisam ser discutidas.

Eu vi um pronunciamento do deputado Ribas Carli, aliás, como aqui foi dito há diversos dias, tem feito pronunciamentos, não defendendo o governo atual, mas atacando governos diferentes. Eu quero citar um exemplo aqui de um município que as pessoas do Sudoeste conhecem Salto do Lontra, onde eu tentei, inclusive via Secretaria de Habitação, resolver um problema de conjuntos habitacionais no mesmo bairro, um, de um lado da rua, o outro, do outro lado da rua. Um Programa Habitacional construído no governo Requião, nobre deputado Ademar Traiano, com recursos do Tesouro e com cláusula contratual que nunca seria pago mais do que 20% do salário-mínimo como prestação. Esse conjunto nunca teve problema. As prestações de hoje variam na faixa de 24 a 25 reais/mês, daqueles conjuntos habitacionais que são para trabalhadores de baixa renda.

A diferença que existe com os convênios que estão sendo assinados hoje pelo Governo e que não se diz é que esses são com recursos de financiamento, sujeitos à variação de mercado e que começam com prestação na faixa de noventa reais, sujeitas à variação de mercado, em um país que tem salário de 180 reais/mês!

Portanto, a metade do salário mínimo sai comprometido no ato da assinatura do convênio de casa popular. Isso não é casa de baixa renda e principalmente, isso não é recurso do Tesouro; isso é feito ao comprador que se amanhã perder o emprego em um Estado que está perdendo emprego, atrasar duas ou três prestações, não consegue mais pôr em dia e acontece ordem de despejo, como está acontecendo em muitos conjuntos habitacionais construídos no Estado do Paraná.

Este é um problema de habitação com a diferença da sensibilidade de um programa feito pelo social ou de um programa feito pelo recurso financeiro dos órgãos financeiros dos bancos.

Concedo um aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Caíto Quintana, eu até iria usar o horário do meu Partido, mas resolvi deixar para o dia de amanhã.

Mas, deputado Caíto Quintana, eu acredito que a grande análise que temos que fazer no Estado do Paraná da questão política, é da forma como o Governo Lerner tem governado, porque vamos até admitir que seja verdadeiro o pronunciamento do meu conterrâneo, o deputado Fernando Ribas Carli, com relação às obras que foram feitas pelo governo.

Vamos admitir que seja realmente verdadeira a grande quantidade de obras. Qual o motivo que o governo está tão desgastado politicamente?

Por qual razão que os candidatos apresentados como do governo não passam de 3%, 4%?

São os meios que foram utilizados para que essas obras acontecessem? Se acharmos que um governo é bom porque faz obras, independente de quais os meios que ele utiliza para fazer essas obras, nós vamos admitir que é lícita a corrupção, que é lícito vender todo o patrimônio público estadual!

Esses dias eu vi uma entrevista de uma senhora defendendo a ação dos bicheiros, dos traficantes do Rio de Janeiro, porque eles beneficiavam a população, levavam cestas-básicas na época do Natal, e na hora que precisavam de recursos para a saúde, pediam socorro para um bicheiro ou para um traficante; conseguiam os recursos. Mas, se admitirmos que o benefício prevaleça sobre a ética, sobre os meios, sobre a forma de como o governo deve governar, nós até podemos concordar que o governo Lerner fez uma grande quantidade de obras. Mas, se olharmos exatamente de que forma que essas obras estão ocorrendo, nós vamos admitir que é correto termos uma empresa que tenha sido denunciada aqui como a Tradener que começa com 10 mil reais de capital, e em um ano passa para um milhão e oitocentos. De repente, tem um lucro de mais de cem milhões em dois anos e as pessoas que compõem essa empresa são pessoas apadrinhadas ao Governo!

E nós denunciemos. Não vimos o presidente da Copel intervir: a Justiça interveio. Não vemos uma ação do governador, da Base do Governo, contrariando ações desse tipo.

Então, na minha avaliação a grande discussão que nós temos que ter na Assembléia Legislativa é de como governar, como o povo quer que governe e o povo tem nos dito isto e a demonstração maior é através das pesquisas; ele quer, na verdade, pessoas que não abram mão da ética e da honestidade para governar o nosso Estado e nosso País.

O SR. CAÍTO QUINTANA

V. Exa., deputado, dá o rumo que eu pretendia dar a este pronunciamento.

E eu, para encerrar o problema de casa popular, só quero dizer uma coisa. Cascavel, o prefeito Edgar Bueno, tem um programa de casa popular da Prefeitura, com preço de 27 reais a mensalidade. O prefeito Mamed, em Cambará, prefeito do PMDB, tem um programa de casa popular pela Prefeitura de 20 e poucos reais por mês. Quer dizer, enquanto isto, nós estamos fazendo as prefeituras assinarem contratos de programas que começam com 90!

Mas eu dizia que V. Exa. dá o rumo do meu pronunciamento porque a concepção que nós temos que ter - o que é obra? O que é obra pública num governo?

Então, eu perguntaria, deputado Traiano, os governos do Richa, Álvaro Dias e Requião, juntos, construíram mais de 250 mil ligações rurais, de clic rural, e duas usinas - isto não é obra - para alguns não é obra. Foram construídas mais de 40 mil casas populares - isto não é obra? Foram construídas mais de 20 mil quilômetros de calçamento de pedra irregular - isto não é obra? Foram construídas readequações de estradas pelo Paraná inteiro - não é obra? Foi feito microbacia, foi estimulada a piscicultura, fruticultura, foi melhorado a genética, foi trabalhado com as escolas, foi ampliado o ensino de terceiro grau pelo Estado, foram feitas rodovias, foram consertadas as rodovias do nosso Estado - isto não é obra?

O que é obra? Obra é nós colocarmos recursos públicos para instalarmos dentro de Curitiba empresas das mais ricas do mundo que são as montadoras e que não utilizam absolutamente nada de matéria-prima produzida no Paraná, que chegam pelo Porto de Paranaguá as peças para serem montadas aqui e que são isentas de qualquer tributação e geram muito pouco emprego porque são altamente automatizadas - isto é obra?

Esses governos do passado, se nada fizeram ou se nada tivessem feito, pelo menos teriam encerrado o seu governo tendo o Paraná 87% do Banco do Estado, tendo o Paraná o controle total e absoluto da Sanepar, tendo o Paraná o controle da Ferroeste, tendo o Paraná o controle da Copel, tendo o Paraná todas as empresas públicas e um débito de um bilhão e trezentos milhões de reais. Se nada tivesse feito esta era a situação que tinha ficado.

Hoje, nós não temos nenhuma dessas empresas públicas citadas, fora a Copel que ainda não foi podido vender e estamos numa dívida de mais de 16 bilhões!

Em 140 anos do Paraná, o Paraná chegou a um bilhão e trezentos mil em quatro anos! Em seis anos, que estamos agora, fomos para 17 bilhões de reais!

Isto são obras?

Essa discussão, deputado Ribas Carli, nós queremos ter ela assim, cedendo apartes. Quando se cita um número do lado de lá, vamos ouvir um número do lado de cá para que a gente possa ver, afinal de contas, o que é construir a expectativa do futuro do Paraná e o que é destruir o presente e o futuro daqueles que terão que administrar o nosso Estado, porque do jeito que está, só um grande mutirão paranaense poderá fazer com que se recupere a degradação pública que se fez nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Questão de Ordem nº 4317, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Ricardo Chab, Orlando Pesutti, Edson Strapasson, Eli Ghellere e demais deputados,

constante do expediente. **Recebido. À Procuradoria para providências.**

Emenda Aditiva de Plenário, de nº 2, ao Projeto de Lei nº 87/2001, de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiado. **Transformar em Projeto à parte.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor do deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor do deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor do deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhores do deputados Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Tureck, Algaci Tulio, Edno Guimarães, Nelson Garcia e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passo a Presidência ao titular, deputado Hermas Brandão.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, quero fazer um comunicado, que dei entrada à Mesa, um requerimento pedindo que sejam eliminados, nas próximas sessões plenárias, até o final dessa 3ª Sessão Legislativa, os horários do Pequeno e Grande Expedientes, para que possamos agilizar as votações, aqui. Espero que os parlamentares entendam que temos que votar, - discutir menos e votar mais -, para podermos concluir essa pauta, que está em nossos ombros.

Quero cumprimentá-lo também, senhor presidente, e à Mesa Executiva, por um projeto que a Assembléia apresentou, hoje, um novo produto em benefício dos parlamentares e da imprensa, que foi a criação do Projeto Interlegis - um programa de modernização do sistema legislativo, através da utilização de tecnologia da vídeo-conferência. Hoje pela manhã, eu e o deputado José Maria Ferreira, representando esta Casa, fizemos uma teleconferência com o Senado da República - lá do outro lado, os senadores Álvaro Dias e Geraldo Haztolf e também os deputados estaduais de Santa Catarina, pudemos

tomar conhecimento das providências tomadas, pelo Senado, em relação à CPI do Futebol. O que se propõe daqui para frente, é uma passada a limpo no esporte brasileiro.

Tenho certeza que essa teleconferência, essa televisão vai ser muito útil para esta Casa. Acredito que a maioria dos deputados nem sabem que existe - eu fui conhecer hoje pela manhã, e participei dessa teleconferência.

Quero parabenizar a Mesa Executiva por mais esse produto que a Assembléia coloca à nossa disposição.

O SR. PRESIDENTE **(Herms Brandão)**

Obrigado.

Requerimento nº 4237, de autoria do senhor deputado Durval Amaral com apoioimento dos senhores deputados Nelson Tureck, Basílio Zanusso, Luiz Accorsi, Carlos Simões, e demais deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transformação de Sessões Plenárias dos dias 11, 12 e 13 do corrente mês para votação dos Projetos de Lei a seguir relacionados: 002, 287, 478, 499, 592, 623, 624, 625, 626, 661, 682, 683, 684, 706, 668 e 558/2001. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI **(Para Encaminhar)**

Senhor presidente, nós, da Oposição, votaremos contra a pretensão de se transformar o Plenário em Comissão Geral.

Seria desnecessário falarmos pela centésima vez, sobre o mesmo assunto. Todos estão muito definidos em relação a essa questão. Queremos deixar fixado uma posição doutrinária. Os projetos, talvez, de maior importância não andam, ficam dormitando, hibernando nas gavetas.

Quando se chega na ante-véspera do final dos trabalhos legislativos, tudo aporta aqui no Poder Legislativo. Somos nós obrigados, muitas vezes sem discussão e aprofundamento das questões a, decidirmos em relação a projetos que muitas vezes, a maioria componente desta Casa não teve a oportunidade nem de ler. Não nos cabe fazermos nenhuma análise, por que isso acontece em relação a muitos parlamentares, mas queremos deixar claramente fixada a nossa posição de contrariedade à transformação do Plenário da Assembléia em Comissão Geral:

Votaremos contra.

O SR. PRESIDENTE **(Herms Brandão)**

Em votação o requerimento. Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE **(Herms Brandão)**

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam queriam levantar-se.

Vinte e seis senhores deputados.

Os deputados que rejeitam queriam levantar-se.

Dezenove senhores deputados votaram contra o requerimento.

Está aprovado.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu gostaria de saber quais são os projetos que merecerão que se transforme a Casa em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu anunciei já, li os número inclusive, mas posso repeti-los a V. Exa.

Requerimento nº 4291, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação de Plenário em Comissão Geral, para discussão e votação dos seguintes Projetos: 381/2000; 80; 153; 211; 296; 338; 339; 467; 479; 503; 504; 511; 514; 533; 586; 615; 289; 087; 636; 593 e 594/2001. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Para Encaminhar**)

Volto a colocar a nossa posição. Somos contrários à transformação do Plenário em Comissão Geral e a Liderança das Oposições propõe que votemos contra a pretensão do deputado Geraldo Cartário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. WALDYR PUGLIESI

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os deputados que aprovam o requerimento, do deputado Geraldo Cartário, queiram levantar-se

Vinte e seis (26) aprovam.

Os deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezenove (19).

Está aprovado.

Requerimento nº 4337 de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia de hoje.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Quero esclarecer aos senhores parlamentares que, após a votação da Ordem do Dia desta Sessão, teremos a suspensão da Sessão por alguns minutos para a Sessão Especial solicitada pelo deputado Takayama, e posteriormente daremos continuidade às outras Sessões Extraordinárias.

De conformidade com o requerimento de autoria do senhor deputado Ademar Traiano, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/2001, altera a redação dos dispositivos da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995 - IPVA, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

PROJETO DE LEI Nº 626/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1.995, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - O inciso I, o § 2º e a alínea "a" do parágrafo 3º do artigo 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - no mês de fevereiro, nas datas fixadas em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

.....

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até três parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de abril, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

.....

a) 10% (dez por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro."

Alteração 2ª - Fica renumerado o atual artigo 23 para o artigo 24, passando o artigo 23 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 - Os créditos tributários vencidos relativos ao IPVA, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em até cinco parcelas, mensais e sucessivas, conforme critério fixado por meio de instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Parágrafo Único - O valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a cinquenta vezes o valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, vigente na data do pedido de parcelamento."

Art. 2º - Ficam aprovadas, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal, e do respectivo imposto, calculado em quantidade de FCA, que constituem os Anexos I e II desta Lei e que vigorarão no ano de 2.002.

Art. 3º - O parágrafo único do artigo 2º da Lei 11.962, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - A partir do exercício financeiro de 2002, os fundos de que trata o *caput* deste artigo, deverão aplicar em Defesa Correntes, até 70% dos recursos arrecadados, manter contabilidade própria e seus recursos depositados em conta do Tesouro Geral do Estado.”

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2002, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

(A “Tabela de Valores Venais para Cálculo do IPVA em Unidade de Real”, está publicada no final desta Ata).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 626/2001

P A R E C E R :

A proposição sob exame, originária da Mensagem Governamental nº 52/2001, tem por escopo precípua estabelecer a base de cálculo do IPVA para o exercício de 2.002, em cumprimento ao princípio constitucional da anterioridade que rege as normas de natureza tributária.

Não obstante, introduzir algumas alterações à Lei Orgânica do referido tributo, a seguir destacadas:

- redução do número de parcelas para pagamento do imposto devido, de 6 para 3 parcelas;
- redução do percentual de desconto para pagamento antecipado do tributo devido, de 15% para 10%;
- acrescenta novo dispositivo à lei, para permitir o pagamento do imposto vencido, inscrito em dívida ativa, ajuizado ou não, em até 5 parcelas;
- estabelecer que o valor mínimo das parcelas, seja por pagamento do imposto vencido daquele correspondente ao exercício em curso, não poderá ser inferior a 50 FCAs.

Prevê ainda, relativamente à Lei nº 11.962, de 19 de dezembro de 1.997, que entre outras matérias, das disponibilidades dos Fundos Estaduais junto ao Tesouro Geral, prevê a elevação de 50% para 70% do limite para aplicação em Despesas Correntes dos recursos arrecadados.

Analisada a matéria sob o ângulo da sua constitucionalidade, legalidade e regimentabilidade, observa-se que nenhum impedimento desta ordem a ela se opõe. Não obstante, é de salutar conveniência para os interesses do contribuinte e do próprio Estado, no sentido de assegurar a quitação dos seus créditos, que sejam mantidas na legislação, da forma como hoje vigentes, as previsões correspondentes ao número de parcelas para pagamento do IPVA e o percentual de descontos para seu pagamento antecipado, além ainda, de alterar de 5 (cinco) para 8 (oito) o número de parcelas para o pagamento do IPVA vencido, nos termos da proposta de emenda de autoria do deputado da Bancada do Governo e que ora é acolhida.

Isto exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça, é de parecer favorável ao projeto de lei na forma da Emenda Modificativa que o integra.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 626/2001

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 626/2001, que tem por objetivo alterar a Lei nº 11280/95, visa modificar os termos propostos para os dispositivos constantes das alterações 1ª e 2ª, conforme segue:

“Art. 1º - ...

Alteração 1ª - ...

“I - ...

§ 2º - O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até seis parcelas iguais, mensais e consecutivas, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de julho, de acordo com o calendário previsto em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

a) 15% (quinze por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia do mês de janeiro.

Alteração 2ª - ...

Art. 23 - Os créditos tributários vencidos relativos ao IPVA, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, poderão ser pagos em até oito parcelas, mensais e sucessivas, conforme critério fixado por meio de instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, TIAGO AMORIM NOVAES, NELSON TURECK, VALDIR ROSSONI, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, SÉRGIO SPADA, LUIZ ACCORSI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, RICARDO MAIA, DUÍLIO GENARI, BASÍLIO ZANUSSO, DIVANIR BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, MOYSÉS LEÔNIDAS, SERAFINA CARRILHO, GERALDO CARTÁRIO, CLEITON KIELSE, HERMES FONSECA, CHICO NOROESTE, ELIO RUSCH, CARLOS SIMÕES, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, MILTINHO PUPIO, NELSON GARCIA, CESAR SELEME, HIDEKAZU TAKAYAMA e ANTONIO CARLOS BELINATI.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 626/2001

Suprime o artigo 3º da alteração 2ª do presente projeto de lei:

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, HERMES FONSECA, CAÍTO QUINTANA, SERAFINA CARRILHO, MARCOS ISFER e ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

O artigo que se pretende suprimir trata de matéria totalmente estranha à versada no projeto de Lei nº 626/2001.

Refere-se o questionado dispositivo à Lei nº 11.962, de 19 de dezembro de 1.997, que dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Geral do Estado, de até 90% do saldo financeiro disponível dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado.

Além do que a exposição de motivos conta na mensagem governamental que encaminhou o anteprojeto a esta Casa, não elucida nem justifica os objetivos da medida proposta.

Isto posto, conclui-se que o artigo em referência deve constituir-se em objeto de mensagem governamental específica em conformidade com as disposições contidas no artigo 118, parágrafos 3º e 5º do Regimento Interno.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 626/2001

O texto da alteração 1ª, passa a ter a seguinte redação:

“Alteração 1ª - O inciso I, o parágrafo 2º e as alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo 3º do artigo 11, passam a vigorar com a seguinte redação:

a) 20% (vinte por cento) do valor devido, para pagamento até o último dia útil do mês de janeiro;

b) 10 (dez por cento) do valor devido, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;

c) 5% (cinco por cento) do valor devido, para pagamento no prazo de que trata o inciso III deste artigo.”

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA, ORLANDO PESSUTI, HERMES FONSECA, CAÍTO QUINTANA, SERAFINA CARRILHO e MARCOS ISFER.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 626/2001

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 056/2001, o presente plano de lei, objetiva alterar a redação dos dispositivos da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995. (IPVA), conforme especifica.

O referido projeto de lei foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante

à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria, com a inclusão de Emendas.

No que se compete a esta Comissão de Finanças manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, com a inclusão das emendas oferecidas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Diante do exposto entendemos que a matéria deve receber desta Comissão de Finanças, o devido parecer favorável ao encaminhamento aos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator
Em discussão.

O SR. NEREU MOURA

V. Exa. vai colocar o projeto em votação e depois o substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Primeiro o projeto.

O substitutivo será em 2ª Discussão; não será votado hoje.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Vamos votar contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Vinte e seis (26) aprovam.

Vinte e um (21) rejeitam.

Está **aprovado** em 1ª Discussão.

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 638/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores

de Esquina Progresso do município de Palotina, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 638/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de Esquina Progresso, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoio: Marcos Isfer

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Provopar do município de Candói, com sede no município de Candói e foro no município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 637/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar do município de Candói, com sede no município de Candói e foro no município de Guarapuava.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 637/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense do municí-

pio de Candói, com sede no município de Candói e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 628/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 052/2001, que autoriza a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, § 1º, da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

PROJETO DE LEI Nº 628/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, § 1º da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.11.2001.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 628/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 628/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 52/2001, autoriza a

Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, a participar da Cohaprev - Previdência Privada da Cohapar, em conformidade com o disposto no artigo 237, parágrafo 1º da Lei Federal nº 6404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades Anônimas).

Sobre a matéria já existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 628/2001.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 628/2001.

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 620/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro na cidade de Rio Negro. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21/11/2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 620/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro na cidade de Rio Negro.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 620/2001

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Nova Vida, com sede e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 606/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 606/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ABET - Associação Beneficente Esperança de Tupãssi, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 603/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo do município de Palotina, com sede e foro na mesma municipalidade. COM PARECER FAVORÁ-

VEL DA CCJ E EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 603/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo do Município de Palotina e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 603/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores de São Camilo, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/2001, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa São Luiz, com sede e foro no município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 166/2001, de 12.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 590/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa São Luiz, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da

emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 590/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa São Luiz, com sede e foro no município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 574/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas C.T.G. - Recordando os Pagos, com sede e foro no município de Corbélia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/2001, de 05.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 574/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas - C.T.G. - Recordando os Pagos, com sede e foro no município de Corbélia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a Escola Profissionalizante Arcanjo Miguel e Agrovila Arcanjo Rafael, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste. COM PARE-

CER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 161/2001, de 31.10.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 572/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública a escola Profissionalizante Arcanjo Miguel e Agrovila Arcanjo Rafael, com sede e foro no município de Santo Antônio do Sudoeste.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 536/2001, de autoria do deputado Miltinho Pupio, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Cambira, com sede e foro no município de Cambira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 536/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Miltinho Pupio, tem por objetivo, declarar de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Cambira, com sede e foro no município de Cambira.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer favorável na forma da emenda anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 536/2001

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres/APM do Colégio Estadual Rosa Delúcia Calsavara - Ensino de 1º e 2º Graus, com sede e foro no município de Cambira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer.

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/2001, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 149/2001, de 17.10.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 533/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, visa autorizar o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 533/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder auxílio transporte aos integrantes das Polícias Civil e Militar, da ativa e inativa.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo como que preceitua o parágrafo 3º do Regimento Interno, observando que não existe nenhum óbice quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pelo seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/2000, de autoria do deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a implantar Faculdade de Administração e Direito na região da CIC, nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 028/2000, de 04.04.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 098/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Caíto Quintana, o projeto de lei em pauta autoriza o Poder Executivo a implantar Faculdade de Administração e Direito na região da CIC, nesta Capital.

O referido projeto de lei, amplamente apoiado por abaixo-assinado da população residente naquela região, vem de encontro a um antigo anseio local - uma instituição de curso superior.

A Cidade Industrial de Curitiba, criada no ano de 1974, conta atualmente com 756 empresas e desde a sua criação, atingiu seu objetivo principal: trouxe indústrias e desenvolvimento econômico para Curitiba. Esta realidade atraiu também muita gente em busca de oportunidade, o que resultou na ocupação de 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos.

As empresas locais exigem cada vez mais, especialização de seus funcionários. Se observarmos a CIC poderemos verificar que há muitos moradores que não conseguem trabalho ali, pois não tiveram a oportunidade de frequentar um curso superior.

Desta forma, a criação de uma Universidade na CIC viria de encontro ao desenvolvimento que já vimos observando naquela região.

Por outro lado, mesmo a Capital do Estado o número de pessoas que não conseguem emprego pela falta de um curso superior é muito grande. O Governo do Estado propiciou o desenvolvimento incentivando a industrialização do Paraná. Entendemos que a criação de uma Universidade Estadual em Curitiba (cuja sede seria na CIC) estaria propiciando o desenvolvimento daquela região, ao mesmo tempo em que estaria dando oportunidade a um grande número de paranaenses que, sem condições de custear uma universidade, estão engrossando a fila de desempregados e subempregados do Estado.

Desta forma, entende a natureza autorizatória do projeto, efetuamos ampliação do mesmo para "Universidade Estadual de Curitiba", e não encontrando óbice que impeça sua tramitação nesta Casa de Leis, opinamos pelo parecer favorável ao projeto, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 098/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar a Universidade Estadual de Curitiba, com sede e foro na Cidade Industrial de Curitiba - CIC.

Art. 2º - Os primeiros cursos a serem implantados pela Universidade Estadual de Curitiba serão preferencialmente os Cursos de Direito e Administração de Empresas.

Art. 3º - A Universidade a ser criada, funcionará em período noturno, em prédios de escolas estaduais disponíveis, a critério do Poder Executivo;

Art. 4º - O funcionamento efetivo e contratação de corpo administrativo e docente, serão objeto de regulamentação governamental.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.10.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

Apoio: Marcos Isfer e Orlando Pessuti.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 098/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Caíto Quintana, autoriza o Poder Executivo a implantar a Universidade Estadual de Curitiba, com sede na região da CIC - Cidade Industrial de Curitiba.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, na forma do substitutivo geral, pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças entende que a implantação da Universidade Estadual de Curitiba, com sede na região da CIC, virá a atender aos anseios da população residente nessa região, que através de abaixo-assinado, manifestou a vontade e a necessidade da implantação dos cursos superiores.

Os investimentos aplicados na região, irão trazer benefícios a toda a comunidade, proporcionando aos inúmeros moradores e trabalhadores, a oportunidade de frequentar um curso superior.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no Artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável na forma do substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 098/2000.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 098/2000

P A R E C E R :

O referido projeto de lei, de grande interesse da Região Metropolitana de Curitiba, foi protocolado nesta Casa de Leis com amplo apoio da população residente naquela região, expresso através de abaixo-assinado, acostado ao presente.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já exarou parecer favorável ao projeto e da mesma forma a Comissão de Finanças desta Casa de Leis. Chamada esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes a se manifestar, analisamos o mérito da questão, fazendo-o sob a luz da história da Cidade Industrial de Curitiba, que, criada no ano de 1974, conta atualmente com 756 empresas e vem crescendo vertiginosamente a cada ano. Atualmente, com grande ocupação populacional local e elevado índice de população flutuante (trabalhadores que moram em Curitiba e vizinhança e ali trabalham) a CIC ultrapassa a marca de oferta de 50 mil empregos diretos e 200 mil indiretos.

O mercado de trabalho competitivo e a globalização, bem como a modernização exigem cada vez mais, especialização dos empregados. A observação da região da CIC demonstra que muitos moradores não conseguiram trabalho ali na região, pois não tiveram a oportunidade de frequentar um curso superior, atualmente exigido para quase todos os cargos.

A implantação de uma Universidade naquele local viria de encontro ao intenso desenvolvimento que temos observado naquela região.

Verificando a necessidade de estender o benefício a toda a grande Curitiba, a CCJ ofereceu substitutivo geral ao projeto de lei, transformando em Universidade Estadual em Curitiba, com sede na CIC, o que daria oportunidade a um grande número de paranaenses e desenvolveria a Região em que se instalaria.

Diante do exposto e do elevado mérito da análise da matéria, opinamos pelo parecer favorável ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público e do direito privado sob controle acionário da administração pública. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC E EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2000, de 21.02.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 030/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 030/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público e de direito privado sob controle acionário da administração pública.

Tratando-se de atuação administrativa do governo do Estado, segundo o artigo 66, IV, da Constituição Estadual, não pode prosperar este projeto de lei de forma imperativa.

Isto posto, somos de parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 030/2000, na forma do substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 25.04.2000.
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 030/2000

Art. 1º - A Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Estado do Paraná utilizará preferencialmente programas abertos em seus sistemas e equipamentos de informática.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sua distribuição, cessão, utilização ou alteração de sua característica original.

Art. 3º - O programa aberto deve assegurar ao usuário acesso irrestrito ao seu código fonte sem custos, podendo o programa ser modificado integralmente, caso necessário, para aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - O código fonte deve ser utilizado como recurso preferencial para alteração do programa aberto, vedada a introdução de formas intermediárias de acesso.

Art. 4º - A licença do programa aberto poderá restringir somente a distribuição do código fonte em forma modificada caso autorize a distribuição de programas alterados em conjunto com o código original, para alteração do programa durante o processo de compilação

Parágrafo Único - A licença de que trata este artigo permitirá a distribuição de programa compilado a partir do código fonte modificado, podendo exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão para distingui-los do original.

Art. 5º - No Estado do Paraná não será utilizado programa aberto cuja licença discrimine pessoa ou grupo,

bem como que restrinja outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 6º - Os programas abertos utilizados pela Administração Pública no Paraná não poderão ter licença para um único produto, possibilitando que os programas extraídos do original tenham a mesma garantia de livre alteração, distribuição ou utilização.

Art. 7º - Nas licitações envolvendo os entes públicos citados nesta lei, em igualdade de condições, estes poderão optar por programas abertos, na forma desta lei.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.04.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre a utilização de programas aberto pelos entes de direito público e de direito privado sob controle acionário da administração pública.

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a matéria ventilada neste projeto nosso parecer é favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.04.2001.

(aa) PALUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2001, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 467/2001, que cria cargos na estrutura do quadro de servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 053/2001, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00 (hum milhão seiscentos e quarenta mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei nº 13.030 de 28.12.2000, visando executar o Programa PROEM/BIP. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. **Retirado por autorização do senhor presidente.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/2001, que

objetiva alterar a Lei nº 7.047, de 21 de novembro de 1978 (Lei de Fixação de Efetivo da Polícia Militar do Paraná), conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 289/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e Assessoria, revogadas as Leis 13.049/2001 de 16 de janeiro e 13.117/2001 de 21 de março de 2001. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDH e CSP. EMENDA DE PLENÁRIO SEM PARECER.

Há emenda de Plenário, sem parecer e como foi aprovado para se transformar em Comissão Geral esse projeto, designo como relator, o deputado Divanir Braz Palma.

Vamos passar o projeto a V. Exa.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor presidente, o Projeto de Lei nº 289/2001 tem condições legais de dar continuidade, ouvido o parecer da Secretaria da Criança, nada obsta à sua aprovação.

Com parecer favorável desse deputado.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Eu não consegui entender o parecer do relator designado. Ele referiu-se ao projeto especificamente e acredito que estejamos votando a Emenda.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Deputado, eu falei sobre a Emenda.

O SR. EDSON STRAPASSON

Eu poderia saber o que diz a Emenda?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

O parecer foi sobre a Emenda.

O SR. EDSON STRAPASSON

E o que é a Emenda?

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

A Emenda que aperfeiçoa o projeto

O SR. EDSON STRAPASSON

No que consiste a Emenda?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós vamos lê-la.

Em votação o parecer favorável.

O SR. NEIVO BERALDIN

Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Favoravelmente ou contrário?

Só vou permitir um encaminhamento favorável e outro contrário.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, então vou fazer uma Questão de Ordem.

Muda a Lei 13.049/2001.

Muda a Lei 13.117/2001.

O normal seria que o autor do projeto defendesse o que muda dessas leis para que a gente tenha noção sobre o que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer favorável, do relator.

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, precisamos obter informações.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O deputado Seleme vai fazer, como autor do projeto, esclarecimentos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, eu chamaria o deputado Hermes Fonseca, porque ele foi o relator. É um projeto que teve discussão. Houve um problema na CCJ.

É necessário que o cidadão participe, porque senão, ficamos sem ter condições de saber exatamente o que estamos votando.

O SR. CESAR SELEME

Senhor presidente, senhores deputados.

O substitutivo geral ao projeto visa completar a parte técnica e que vai de encontro à Secretaria da Criança do Paraná.

De acordo com o autor e com vários órgãos da Secretaria do Menor, chegou-se a conclusão que o substituto geral ampliaria e contemplaria realmente a política da pessoa portadora de deficiência do Paraná.

Para um melhor entendimento, seria uma distribuição do substitutivo geral a todos os senhores deputados.

Requeiro à Mesa uma cópia do substitutivo geral. Posso ler, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicitamos ao 1º Secretário, a leitura do substitutivo geral.

O SR. NEREU MOURA

Peço a retirada desse projeto para que seja colocado na próxima Sessão, já com o substitutivo, para que possamos ler.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos fazer a leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)
(**Lê Substitutivo Geral**)

O SR. VALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu acho que grande parte do substitutivo já é de conhecimento da Casa e solicitamos se o Plenário assim compreender, que se suspenda a leitura do mesmo, até mesmo pela premência de tempo que nós temos.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de ouvir o resto, porque estou ali acompanhando atentamente e gostaria de saber o resto da leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Prossegue a leitura do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 289/2001**).

PROJETO DE LEI Nº 289/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Capítulo I

Da Assessoria Especial

Art. 1º - Fica criada a Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU, responsável pela execução da política estadual de integração à pessoa portadora de deficiência.

I - Compete à Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, oportunizar a execução da política a ser estabelecida pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

II - o cargo de assessor especial para integração da pessoa portadora de deficiência será preenchido preferencialmente por pessoa com conhecimento na área da pessoa portadora de deficiência, sendo de livre nomeação pelo governador do Estado.

Parágrafo Único - A assessoria de que trata este artigo utilizará a estrutura administrativa da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU.

Capítulo II

Do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa
Portadora de Deficiência

Art. 2º - Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão consultivo, deliberativo, fiscalizador e articulador das políticas voltadas a assegurar os direitos da pessoa portadora de deficiência, vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Art. 3º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência instituirá a Política Estadual, para a Integração da ppp que disporá sobre: saúde, acesso à educação, habilitação e reabilitação profissional, acesso ao trabalho, cultura, desporto, turismo e lazer, acessibilidade, dentre outros aspectos pertinentes à área.

Art. 4º - São funções do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

I - formular política estadual para integração da pessoa portadora de deficiência, observados os preceitos legais;

II - apreciar e avaliar a proposta orçamentária da política;

III - estabelecer prioridades de atuação, auxiliando na definição da aplicação de recursos públicos estaduais destinados ao atendimento da pessoa portadora de deficiência;

IV - propor aos poderes constituídos, modificações nas estruturas governamentais diretamente ligadas à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa portadora de deficiência;

V - oferecer subsídios para elaboração de leis atinentes aos interesses das pessoas portadoras de deficiência;

VI - pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre fatos relacionados com a pessoa portadora de deficiência;

VII - incentivar, apoiar e promover eventos, estudos, debates e pesquisas sobre a questão das deficiências, voltados tanto à estrutura governamental como em geral;

VIII - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros visando atender a seus objetivos;

IX - incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência;

X - receber, de órgão públicos, entidades privadas ou de particulares, todas as informações necessárias ao exercício de sua atividade.

Art. 5º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência será composto por 12 integrantes nomeados pelo governador do Estado, da seguinte forma:

I - 06 (seis) representantes dos seguintes órgãos do Governo Estadual, indicados pelos seus respectivos titulares:

- a) Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;
- b) Secretaria de Estado da Saúde;
- c) Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho;
- d) Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família;
- e) Secretaria de Estado da Educação;
- f) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

II - 06 (seis) representantes das instituições prestadoras de serviços nas seguintes áreas, indicadas pela Assembleia Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência:

- a) deficiência física (01);
- b) deficiência auditiva (01);
- c) deficiência mental (01);
- d) deficiência visual (01);
- e) condutas típicas (01);
- f) múltipla deficiência (01).

Parágrafo Único - Os representantes governamentais serão preferencialmente pessoas comprometidas com a causa da pessoa portadora de deficiência.

Art. 6º - As organizações da sociedade civil com representação estadual interessadas em integrar o Conselho, deverão se inscrever junto a SEJU, para participação na Assembleia Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que será convocada 90 (noventa) dias após a publicação desta lei, em primeira convocação, sendo as demais convocadas a cada 02 (dois) anos, pela Assessoria Especial para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. As entidades deverão comprovar documentalmente suas atividades há pelo menos um ano, bem como indicar seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - Na Assembleia serão indicados os representantes e respectivos suplentes, através de processo eleitoral. Este processo obedecerá às disposições contidas em regimento interno o qual será discutido e aprovado pelos participantes antes do início da assembleia.

§ 2º - Na ausência de entidade com representação estadual em qualquer das áreas descritas no inciso II do artigo anterior, será indicada outra mediante eleição entre as demais organizações não governamentais.

Art. 7º - A Assessoria Especial para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em conjunto com a SEJU, ficará encarregada de fornecer apoio técnico, material e administrativo para funcionamento do Colegiado.

Art. 8º - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbido à SEJU adotar as providências para tanto.

Art. 9º - O desempenho da função de membro do Conselho, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 10 - O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após as nomeações de seus membros elabo-

rá o seu regimento interno, elegendo o seu presidente, vice-presidente e secretário geral.

Art. 11 - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão disciplinadas pelo seu regimento interno.

Capítulo III

Art. 12 - O provimento de cargos e empregos públicos, nos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, obedecido o princípio do concurso público de provas ou de provas e títulos, far-se-á com reserva do percentual mínimo de 5% (cinco por cento) para pessoa portadora de deficiência.

Art. 13 - Fica assegurado à pessoa portadora de deficiência o direito de se inscrever no concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que é portador.

§ 1º - O candidato portador de deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, concorrerá a todas as vagas, sendo reservado, no mínimo o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida.

§ 2º - Caso a aplicação do percentual de que trata o parágrafo anterior, resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

Art. 14 - Não se aplica o disposto no artigo anterior nos casos de provimento de:

I - cargo em comissão ou função de confiança, de livre nomeação e exoneração; e

II - cargo ou emprego público integrante de carreira que exija aptidão plena da candidato.

Art. 15 - Os editais de concursos públicos deverão conter:

I - o número de vagas existentes, bem como o total correspondente a reserva destinada à pessoa portadora de deficiência;

II - as atribuições e tarefas essenciais dos cargos;

III - previsão de adaptação das provas, do curso de formação e do estágio probatório, conforme a deficiência do candidato; e

IV - exigência de apresentação, pelo candidato portador de deficiência, no ato da inscrição, de laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente, da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

Art. 16 - É vedado à autoridade competente obstar a inscrição da pessoa portadora de deficiência em concurso público para ingresso em carreira da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

§ 1º - No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência que necessite de tratamento diferenciado nos dias do concurso deverá requerê-lo no prazo determinado em edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização das provas.

§ 2º - O candidato portador de deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá requerê-lo, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, no prazo estabelecido no edital do concurso.

Art. 17 - A pessoa portadora de deficiência, resguardadas as condições especiais previstas neste Decreto, participará de concurso em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne:

I - ao conteúdo das provas;

II - a avaliação e aos critérios de aprovação;

III - ao horário e ao local de aplicação das provas; e

IV - à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

Art. 18 - A publicação de resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos portadores de deficiência e a segunda, somente a pontuação destes últimos.

Art. 19 - O órgão responsável pela realização do concurso terá a assistência de equipe multiprofissional.

Art. 20 - Na hipótese da pessoa portadora de deficiência ser considerada inapta, o órgão que realizou a inspeção constituirá, de ofício, no prazo de trinta (30) dias, Junta Médica para os exames, comunicando o fato ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

§ 1º - Da Junta Médica farão parte, no mínimo, um (01) médico clínico, dois (02) médicos especialistas na deficiência de que é portador o candidato e um (01) médico com conhecimento de reabilitação da mesma deficiência.

§ 2º - É facultado ao candidato indicar um médico, a seu critério, para integrar a Junta Médica.

Art. 21 - Mantida pela Junta Médica a inaptidão, poderá o candidato, não sendo unânime o laudo, recorrer no prazo de trinta (30) dias, ao Secretário de Estado da Administração, que decidirá ouvido o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

Art. 22 - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de cento e vinte (120) dias.

Art. 23 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, expressamente as Leis nºs 13.049, de 16 de janeiro de

2001; 13.177, de 21 de março de 2001; 13.225, de 10 de julho de 2001 e 7.875, de 02 de julho de 1984.

Sala das Sessões, em 12.12.2001.

(a) CESAR SELEME

Apoiamento:

Edno Guimarães, Ademar Traiano, Chico Noroeste, Hidekazu Takayama, Divanir Braz Palma e 01 ilegível.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer favorável ao substitutivo.

Aprovado.

Está em votação o substitutivo geral.

Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que fica proibida a cobrança de serviços de empresas privadas através do sistema de cobrança dos serviços da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, da Sanepar - Companhia de Saneamento do Paraná, da Telepar Brasil Telecom e por outras concessionárias de serviços Telefônicos (Telefonia Fixa e Celular). PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECER FAVORÁVEL DA CF e CDC. SUBSTITUTIVO GERAL DA CDC. EMENDA DE PLÊNARIO SEM PARECER.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria da Sra. deputado Luciana Rafagnin, com apoioamento do senhor Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando a retirada do Substitutivo Geral. **Aprovado.**

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente na Comissão da Defesa do Consumidor, fizemos o relato desse projeto e apresentamos um substitutivo geral no sentido de que seja proibido a cobrança nos serviços de água, energia elétrica e telefone desde que não seja expressamente autorizada por escrito pelo consumidor.

Seria uma garantia da pessoa que quiser continuar contribuindo, que ela possa ter esse benefício, desde que seja devidamente autorizada, mas tendo em vista que analisando com o deputado Ricardo Chab, nós não gostaríamos de prejudicar o projeto do deputado, então estamos pedindo a retirada do substitutivo geral, ao mesmo tempo que defendemos a emenda que assegura a mesma questão que o substitutivo defendia, do deputado Chico Noroeste.

O SR. RICARDO CHAB

Agradeço à deputada Luciana Rafagnin.

Gostaria de explicar ao Plenário, se tivermos emendas, descaracteriza o projeto. O projeto proíbe que a Copel, a Sanepar, as empresas que prestam serviços à população cobrem serviços extras. Temos no Estado alguns municípios que fizeram convênios com a Sanepar.

O município não faz a coleta de lixo mas cobra a coleta de lixo junto com a conta de água. O cidadão não tem o serviço prestado pelo município e se vê obrigado a pagar tanto a conta de água como a tarifa da coleta de lixo. E mais, aqui em Curitiba e Região Metropolitana a Copel, não sei como, à revelia, estabeleceu convênios e contratos com empresas privadas particulares para a venda de seguro de casa, de morte, venda de caixão. É uma série de serviços prestados junto com a conta da Copel.

O meu projeto proíbe que a Copel, a Sanepar estabeleçam convênios com empresas particulares.

São duas emendas que a Presidência têm. Uma das emendas é do deputado Chico Noroeste; é o mesmo substitutivo geral da deputada Luciana, que retirou, porque viu que descaracterizava o projeto.

Não podemos ter cobrança vinculada, é regra número um do Código de Defesa do Consumidor. A outra emenda é do deputado Geraldo Cartário que não tem nada a ver com o projeto e que também descaracteriza o projeto.

Pediria ao Plenário que votasse favoravelmente ao projeto, sem as emendas.

Muito obrigado!

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, a emenda do deputado Chico Noroeste induz que o cidadão consiga junto, no caso ao comprador, que simplesmente apresente uma folha para ele, que assina sem saber o que está assinando. Principalmente esses planos de funerária. Só que o vendedor usa subterfúgio ao ponto de conseguir assinatura dele e encaminha essa assinatura à Copel e a Copel passara a ficar autorizada, de acordo com a emenda do deputado Chico Noroeste.

Pretendemos que o projeto do deputado Ricardo Chab seja bem enfático: a Copel não poderá negociar desconto com quem quer que seja, porque, muitas pessoas, as pessoas vêem esse desconto três, quatro meses depois. E para receber esse dinheiro de volta, dá um trabalho danado!

Com respeito à nossa emenda, aí não concordo com o deputado Ricardo Chab, visto que fala que é totalmente diferente. E não é, porque hoje todos os empresários para negociar a rede financeira; eles têm que ter um cobrador, sim. Hoje o governo do Estado, gratuitamente, está procedendo uma cobrança dessas financeiras que emprestam dinheiro para os funcionários públicos.

O que queremos é que o funcionário público tenha crédito suficiente, sem ter que ali penhorar o seu salário. É isso que queremos, que se acabe com a picaretagem dessas factories e agências que se colocam aí e o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, fica autorizando essas empresas e fica trabalhando de graça para essas empresas.

Ora, quando precisamos cobrar alguém, temos cobrador e este vai lá e explica que foi receber a mensalidade. Então, não podemos em hipótese alguma.

Além disso, estão os deputados Luiz Carlos Martins e Alborghetti, me alertando sobre o juro.

Ora, senhor presidente, se o Governo do Estado, hoje, tem um banco social que cobra 1% ao mês, que são os 8% ao ano, durante os quinze meses, por que o Governo do Estado implantou o Banco Social cobrando apenas isso e sem comprometer o salário dos funcionários? Então, não é justo que se permita que essas agências bancárias ou financeiras, inclusive a maior parte delas, não são do Paraná, são da Bahia, de outros Estados, vêm aqui e recebem esse valor.

Por isso, senhor presidente, gostaria que os companheiros, tanto do Governo, como da Oposição, se prendessem a isso. Precisamos acabar com a picaretagem que existe hoje.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, queria fazer uma pergunta ao deputado Chab: na minha conta de luz já estou pagando o meu caixão? Para quanto tempo?

Se eu receber uma ligação vou estar pagando o meu caixão? Isso? Na conta de Luz?

Mas Copel não é para cobrar energia?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito, temos uma pauta longa...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Eu sei, senhor presidente, mas quero saber se estou pagando um caixão, quanto estou pagando, que tipo é o caixão, qual é a funerária que vou pagar. Quero saber!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só se V. Exa se incluir para participar de um programa desse!

O SR. ALGACI TULIO (Para Encaminhar)

Senhor presidente.

Vou ser bem sucinto.

Acho que o projeto do deputado Ricardo Chab, tem um mérito. No entanto, ele esbarra na inconstitucionalidade. Primeiro, porque Copel e Sanepar são empresas de economia mista. Portanto, elas têm o seu estatuto diferenciado de qualquer outro setor do Governo do Estado.

Segundo lugar: esta Assembléia não tem poder de legislar sobre empresas nacionais, que é o caso da Telepar Brasil Telecom. Ora, se esta Casa não pode criar CPI's que a Justiça derruba porque entende que a Casa, que a Assembléia não tem esse poder, ora, o projeto é inconstitucional, porque aqui o deputado Ricardo Chab pecou no projeto quando incluiu Telepar Brasil Telecom.

Por essa razão, no meu entendimento, na análise que fizemos junto com o deputado Hermes Fonseca, com os demais membros da Comissão de Constituição e Justiça, entendemos nós que o projeto é inconstitucional, muito embora tenha seu mérito.

O SR. RICARDO CHAB (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de encaminhar novamente. Fui citado pelo deputado Algaci Tulio e gostaria de explicar o seguinte: a Copel e a Sanepar são empresas públicas. E esse projeto está na Casa desde quando a Telepar ainda era empresa pública. Então, não há vício de origem. A Telepar é uma empresa federal e este projeto está nesta Casa desde aquela época.

Então, o deputado Algaci Tulio não tem essa informação.

O SR. SÉRGIO SPADA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, gostaria de dizer que o projeto do deputado Ricardo Chab é extremamente importante e oportuno. Até porque ele vem regulamentar o Código de Defesa do Consumidor, que proíbe terminantemente a venda casada, para qualquer empresa sediada no Paraná ou no Brasil inteiro.

Então, ele vem complementar a Legislação Federal, e vai regulamentar, certamente, a atuação das empresas que atuam no Estado do Paraná. Mormente neste momento, senhor presidente, há um lobby muito forte de prefeitos no Brasil inteiro em Brasília, forçando a aprovação de um projeto de lei para a volta da cobrança de iluminação pública em todos os municípios e dessa feita regulamentá-la. Os municípios têm lançado mão na fatura de luz, para lançar a cobrança da taxa de iluminação pública. Há pareceres recentes do Ministério da Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Estadual, dizendo que é proibido essa cobrança casada: conta de luz com taxa de iluminação pública, salvo se expressamente o consumidor autorizar que a Companhia faça essa cobrança.

Então, acho que o projeto de lei do deputado Ricardo Chab traz às claras essa questão e fica definitivamente proibida a cobrança casada, a venda casada, aqui no Estado do Paraná.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Senhor presidente, a Sanepar, cobra água e 80% do valor, da água, o esgoto.

Nós apresentamos um projeto aqui que a receita do esgoto fosse aplicada num fundo específico que rapidamente o Paraná não teria mais esse problemas de esgoto em Curitiba, Região Metropolitana e o Estado todo. Então, acho que o projeto do deputado Ricardo Chab tem méritos e se ele não é constitucional, se não é legal, é moral. Então, acho que esta Casa tem que votar nessa direção, fazendo com que abusos de empresas, mesmo de economia mista, possam se exercer em cima, sobretudo, dos mais humildes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está em votação o requerimento da deputada Luciana Rafagnin solicitando a retirada do substitutivo geral.

Os deputados que aprovam a retirada do substitutivo geral, permaneçam como estão.

Aprovado.

Deputado Chico Noroeste, vai retirar a sua emenda, também?

O SR. CHICO NOROESTE

Senhor presidente, como tenho observado que os deputados que me antecederam estão sendo praticamente todos unânimes em aprovar o projeto do deputado Ricardo Chab, retiro a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está retirada pelo autor.

Existe uma emenda do deputado Geraldo Cartário, que de acordo com o Regimento Interno, artigo 138, parágrafo 5º, será transformada em projeto à parte.

Em votação somente o projeto. Está em discussão. Segunda discussão do projeto do senhor deputado Ricardo Chab.

Encerrada a discussão e votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Votos contrários: deputados Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Neivo Beraldin, José Maria Ferreira e Ângelo Vanhoni.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, quero registrar que voto contrário porque o projeto é inconstitucional.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui obrigatoriedade de programas de reciclagem de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CSP. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **aprovada.**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 616/2001, de autoria do deputado Edno Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, com sede e foro no município de Cianorte. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 607/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Creche Santo Antônio de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi. PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense e Ação Social, com sede e foro no município de Tupãssi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Pontal do Paraná - Aciapar, com sede no município de Pontal do Paraná e foro na comarca de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, só para informar que a emenda apenas corrige o erro do projeto, que Pontal do Paraná não é comarca de Paranaguá e sim comarca de Matinhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado.

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 519/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores e Agricultores de São Clemente, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/2001, que assegura à viúva de ex-governador do Estado do Paraná, com direito de continuar percebendo, no mesmo valor e a título de pensão mensal, o benefício de que cuida o artigo 85, parágrafo 5º da Carta Estadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que

declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Boa Esperança do Iguaçu e dá outras providências. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/2001, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que acresce inciso IV, ao artigo 6º da Lei nº 8933/89, alterada pela Lei nº 9884, de 26 de dezembro de 1991 (ICMS), conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/2001, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistentes de Segurança e simbologia 9-C. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 287/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, visa criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 328 (trezentos e vinte e oito) cargos em comissão com a denominação de Assistente de Segurança e simbologia 9-C.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à emenda apresentada em plenário, somos de parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Apoiamento:

Marcos Isfer, Ademar Traiano, Carlos Simões, Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, Sérgio Spada, uma ilegível.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 287/2001

Acrescenta, onde couber, dispositivo conforme redação a seguir:

“Art. ... - Aos ocupantes dos cargos públicos com carreira definida pela Lei 11864, de 31 de outubro de 1997, não se aplica o disposto no artigo 7º da Lei 11071, de 22 de março de 1995.”

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

Apoiamento:

Nelson Garcia, Moysés Leônidas, Cesar Seleme e Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição possibilitará que os servidores do Iapar, passem a ter como “teto” (limite constitucional) para sua remuneração o correspondente ao da Secretaria de Estado.

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ

P A R E C E R :

A presente Emenda Aditiva de Plenário oferecida ao Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em tela, tem como escopo acrescentar onde couber, dispositivo com a seguinte redação:

“Art. ... - Aos ocupantes dos cargos públicos com carreira definida pela Lei nº 11864, de 31 de outubro de 1997, não se aplica o disposto no artigo 7º da Lei nº 11071, de 22 de março de 1995.”

Chamada a opinar esta comissão, cumprindo o que determina e preceitua o Regimento Interno, entendemos que o objeto da emenda não tem relação com o corpo do projeto de lei.

Desta forma, somos compelidos a emitir nosso parecer contrário ao referido projeto de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Apoiamento:

Geraldo Cartário (voto contrário), Duílio Genari (voto contrário), Marcos Isfer.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Senhores deputados que aprovam a emenda, aprovada em 2ª discussão, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, há uma emenda de Plenário que fala sobre o Iapar. É essa emenda? Então eu retiro a verificação de votação dessa emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a emenda.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, no caso desse projeto, aprovou-se o Substitutivo Geral em 2ª, então haveria necessidade de se aprovar o Substitutivo Geral em uma 2ª votação, em 3ª discussão, e conseqüentemente, também a emenda.

V. Exa. colocou agora, apenas a emenda.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A emenda aprovada em 2ª Discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

A emenda, estamos de acordo.

Agora, tem o substitutivo geral que precisa ser votado.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, cada proposição tem que ser votada em dois turnos.

O substitutivo já foi votado em dois turnos.

E agora, a emenda também em dois turnos, portanto, está liquidada em 3ª discussão.

O SR. NEREU MOURA

Não senhor deputado Durval!

O SR. DURVAL AMARAL

Sim senhor! Com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Substitutivo só foi votado ontem. Uma vez só. O substitutivo da CCJ.

Está em votação a Emenda do Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 287/2001, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Questiono a V. Exa se o projeto voltará em 4ª discussão, senhor presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É definitivo agora, isso é a redação final, a matéria que for aprovada.

Volta em redação final.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Estamos propondo a votação contrariamente ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Substitutivo Geral do Projeto de Lei nº 287/2001, da CCJ.

Os deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será feita a verificação de votação.

Os deputados que aprovam, queiram levantar-se.

26 senhores deputados aprovaram.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

22 senhores deputados rejeitaram.

Está **aprovada** a emenda.

O SR. NEREU MOURA

Mas, eu quero registrar o voto dos deputados que votaram contrário à criação dos 328 cargos em comissão.

Quero registrar o voto dos deputados Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Ademir Bier, Eli Ghellere, Waldyr Pugliesi, Neivo Beraldin, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Irineu Colombo, Ricardo Chab, Serafina Carrilho, Renato Gaúcho, Pastor Edson Praczyk, Algaci Tulio, Hermes Fonseca, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Ângelo Vanhoni, Cezar Silvestri e Nereu Moura, que votaram contra a criação de 328 cargos em comissão para a Secretaria da Segurança Pública.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

O Substitutivo Geral é muito claro, é a transformação dos 328 cargos e não a criação.

Só para que o deputado Nereu Moura não incorra em erro fatal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 242/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que institui o Programa de Incentivo ao Produtor de Algodão no Paraná - Paraná+ Algodão, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão - Fungodão e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CAIC. EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 036/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que dispõe sobre o acesso de permanência de deficientes visuais acompanhados por cão-guia em locais abertos ao público e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. EMENDA SUBSTITUTIVA DA CCJ E SUBSTITUTIVO GERAL DA CAIC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

Nós vamos suspender agora a Sessão por alguns minutos para fazermos a sessão solicitada pelo deputado Takayama...

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, falta apenas um item para ser votado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será votado posteriormente, deputado Durval Amaral. E posteriormente nós teremos mais três Sessões ainda hoje.

Solicito aos senhores parlamentares que nós teremos uma sessão especial durante quarenta minutos por solicitação do deputado Hidekazu Takayama, conforme requerimento aprovado pelo Plenário desta Casa.

(**Suspensa a Sessão**)

(**A Sessão Especial está publicada no DA nº 199/2001, de 12.12.2001.**)

(**É reaberta a Sessão Ordinária.**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

ITEM 01

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2001, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 003/2001, que objetiva instituir o Sistema de Assistência à Saúde aos Servidores Públicos, ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ e CSP. PARECER CONTRÁRIO da CF. SUBSTITUTIVO GERAL DA CSP. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ ÀS EMENDAS 3, 6 10E 11 E CONTRÁRIO ÀS 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12 E 13.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, com apoio do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 002/2001.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4318, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, com apoio dos senhores deputados Edson Strapasson, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Tony Garcia e demais deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 4321, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 4263, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4302, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4304 e 4305, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4306, 4307 e 4308, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4310, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4311 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4312, 4313 e 4325, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4314, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4315 de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, com apoio dos senhores deputados Marcos Isfer, Caíto Quintana, Serafina Carrilho, Cezar Silvestri e demais deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4316 e 4328, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4320, de autoria do senhor deputado Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4323, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4324, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4326, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. (**Encaminhe-se na forma do solicitado**).

Requerimento nº 4327, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 4329 e 4333, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4334, de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4336 de autoria do senhor deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4338 de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4342, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 4322, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

No momento que V. Exa. fala no secretário da Agricultura, e aproveitando esse momento em que todos estamos abençoados, quero registrar mais uma vez e que o líder do Governo possa tomar e adotar providência, sei que V. Exa. já está agindo nesse sentido, contra essa medida que entendo que contraria todos os interesses e todos os esforços que já foram feitos em favor da sanidade animal e para que o Paraná se tornasse livre da febre aftosa, que é a retirada de 30% da periculosidade que

tenham direito os médicos veterinários que atuam na defesa sanitária.

É uma medida contrária aos interesses do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informando à sua questão de ordem, não foi uma decisão do Governo do Estado, foi uma decisão do Ministério do Trabalho. Fizemos um trabalho junto com todos os setores envolvidos para acharmos uma solução e deverá ser encontrada ainda esta semana.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às nove horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 201, 310, 120, 454, 559, 567 e 571/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 098 e 626/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 030, 132, 536, 572, 574, 590, 603, 606, 620, 637, 638, 533, 661 e 514/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 452, 558, 560, 627 e 660/2001.

Levanta-se a Sessão.